Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Pró-Reitoria de Ensino – PROEN

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes de Guarapuava – SEHA/G

Departamento de Pedagogia – DEPED/G

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....3

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO – NDE.....3

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO.....5

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 6
4.1. Apresentação (contextualização da área de conhecimento) 6
4.2. Objetivos do curso 7
4.3. Justificativa 7
4.4. Histórico do curso 8
4.5. Perfil desejado do profissional 17
4.6. Campos de atuação 17
4.7. Formas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem 17
4.8. Mecanismos de avaliação do curso e institucional 18
4.9. Estratégias para articulação com o mundo do trabalho 18
4.10. Acompanhamento do egresso 19

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 20
5.1. Matriz curricular – Currículo Pleno 20
5.2. Matriz operacional 22
5.3. Categorização de disciplinas do currículo pleno 23
5.4. Ementário/bibliografia 25
5.5. Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação 56
5.6. Ensino a distância 57
5.7. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem 58
5.8. Trabalho de conclusão de curso - TCC 58
5.9. Formatação do estágio obrigatório 58
5.10. Formatação do estágio não obrigatório 60
5.11. Atendimento à legislação em vigor para a graduação 61

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO 63

7. INFRAESTRUTURA 65
7.1. Recursos humanos 65
7.2. Recursos físicos e estruturais 67
7.3. Acessibilidade e inclusão 68
7.4. Atenção aos discentes e docentes 68

8. ANEXOS 69
8.1. Regulamento do Estágio Supervisionado
8.2. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
8.3. Planilha de pontuação das Atividades Acadêmicas Complementares – AAC
8.4. Plano de Aplicação INCRA/PRONERA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: **Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo**

LOCAL DE OFERTA E ÓRGÃOS DE VINCULAÇÃO DO CURSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO/POLOS: Santa Cruz
SETOR DE CONHECIMENTO: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes de Guarapuava – SEHLA/G
DEPARTAMENTO: Pedagogia

GRAU ACADÊMICO:	( ) Bacharelado (X) Licenciatura ( ) Segunda Licenciatura ( ) Curso Superior de Tecnologia ( ) Formação específica da profissão (_____)	
MODALIDADE DE OFERTA:	(X) Presencial em Alternância ( ) A Distância	
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno (X) Integral	
PREVISÃO DE AULAS AOS SÁBADOS DE FORMA REGULAR:	(X) Sim ( ) Não	
REGIME DE MATRÍCULA:	(X) Seriado anual ( ) Seriado anual com disciplinas semestrais	
INTEGRALIZAÇÃO:	Mínimo: 4	Máximo: 5
ANO DA PRIMEIRA OFERTA: 2020 - Oferta única		
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS: 50		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (EM HORAS RELÓGIO): 3.902 horas		

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE

Nº DA PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:	PORTARIA Nº 005/2020-SEHLA/G/UNICENTRO, DE 20 DE ABRIL DE 2020.
MEMBROS DO NDE: Professor Alessandro de Melo; Professor Evandro Oliveira de Brito; Professora Laurete Maria Ruaro;	

Professor Marcos Gehrke;
Professora Solange Aparecida Collares;
Professora Suzete Terezinha Orzechowski.

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO

3.1. CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Resolução de Criação	COU/UNICENTRO	RESOLUÇÃO Nº 4-COU/UNICENTRO.	DE 30 DE JUNHO DE 2017.
Decreto de Autorização	Governo/PR		

3.2. RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR		
Decreto	Governo/PR		
Prazo do Reconhecimento: ____ anos	Vigência: de ____/____/____ a ____/____/____		

3.3. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR		
Decreto	Governo/PR		
Prazo da Renovação: ____ anos	Vigência: de ____/____/____ a ____/____/____		

3.4. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO (MEC/CNE)			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CNE/CP	003/2007	17/04/07
Resolução	CNE/CES	01	15/05/2006

3.5. LEGISLAÇÃO REGULADORA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL			
Ato Legal/Órgão	Número	Data	Ementa
Não há			

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Definir os princípios norteadores é definir aquilo que imprime a direção do trabalho pedagógico a ser realizado no curso.

O primeiro princípio é o epistemológico, segundo o qual considerar-se á o **conhecimento** como construção sócio-histórico-cultural. Para realizar o trabalho, o homem foi criando vários instrumentos e várias formas de fazê-lo. Assim, foi dividindo o trabalho e essa divisão provocou a divisão dos homens, que divididos foram se organizando em classes, constituindo uma sociedade de classes.

Se o homem se faz pelo trabalho e esse trabalho é realizado com o outro, ele tem um aspecto coletivo, portanto coletivamente vai produzindo o conhecimento. Então, o conhecimento é produto do trabalho humano que precisa ser socializado aos outros homens. Isso acontece por meio da educação.

É preciso entender aqui educação também como processo de socialização do que a sociedade já produziu, portanto, mediadora entre a sociedade e a “pessoa”. As questões da educação são engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. A educação, portanto, não é neutra, é política, não é deslocada do contexto, é processo situado social e historicamente. A educação socializa o resultado do trabalho e é trabalho.

Segundo Wachowicz (1995), a educação não se reduz à transmissão do conteúdo cultural, mas de apropriação de uma realidade, não só de um conteúdo elaborado sobre essa realidade. Assim, a função do curso é socializar conhecimento produzido histórica e socialmente, na perspectiva de apreender a própria realidade.

Nesse sentido, é importante (re)conectar os conteúdos escolares com os aspectos da realidade, ou seja, trabalhá-los de forma contextualizada. Desencardear-se-á um processo de apropriação do conhecimento que promoverá a tomada de consciência da realidade, estabelecendo-se relação entre o singular, o particular e o universal.

A partir dessa compreensão é que definimos o **segundo princípio, ou seja, estabelecer a relação dialética entre teoria e prática,** ou seja, a partir do conteúdos formais propiciar uma reflexão sobre a realidade próxima e ampla. Contribuindo para instrumentalizar os sujeitos para intervirem significativamente sobre a mesma. Como nessa proposta, os sujeitos envolvidos estão inseridos no campo, igualmente importante é dar visibilidade às questões relacionadas com a vida no campo, construindo instrumentos para percebê-la no conjunto da sociedade e superar a visão de suposta dicotomia que existe entre campo e cidade.

Para que isso aconteça, faz-se necessário ter como processo central do trabalho pedagógico, a **pesquisa** que passa a ser condição para a investigação que vai do particular ao universal, do específico ao geral.

Se uma das principais preocupações é a realidade, e essa é composta de pessoas, faz-se necessário igualmente ter como princípio também a consideração em relação às **diferenças** étnicas, de classe, de gênero e as necessidades especiais de cada sujeito, sejam elas de caráter físico, social, mental e outros. Nesse sentido, é importante, ressaltar que, ao tratar das questões teórico-metodológicas, políticas, legais, sociais considerar as especificidades dos sujeitos inseridos em diferentes processos educativos, como as crianças, os jovens, adultos e idosos, as pessoas com necessidades especiais e outros. Considerar a diferença não é precarizar os processos destinados a determinados sujeitos, pelo contrário, é atendê-los na sua especificidade, mas garantindo o desenvolvimento de todas as dimensões humanas num processo de aprendizagem altamente qualificado nessa perspectiva, portanto, um processo exigente e intencionalmente planejado.

Nesse sentido nasce o quarto e talvez mais importante princípio é que justamente o aspecto **político classista** da educação, explicitando-se a opção pela população do campo na perspectiva de desvelar a sociedade de classes e tornar a educação um instrumento importante na luta para a superação das desigualdades e tomada de consciência da realidade.

Assim, adotar-se-á um processo de **gestão com ampla participação** para que todos os envolvidos no processo atuem efetivamente na construção, implementação e avaliação da proposta.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVO GERAL

- Formar educadoras e educadores Licenciados em Pedagogia: Docência em Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental para as áreas da Reforma Agrária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar professores capazes de atuar em diferentes contextos, utilizando estratégias que respeitem as diferenças, contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, culturais, políticas e outras, tendo como referência as práticas extensionistas no percurso de formação.
- Formar educadores e educadoras vinculados aos movimentos sociais e organizações populares para atuarem na realidade educacional do campo.

Objetivos Específicos

- Desenvolver programas de conteúdo filosófico e político que permitam a compreensão das propostas educacionais oriundas de diferentes matrizes filosóficas.
- Estimular a análise e o debate sobre os sentidos conferidos à educação em diferentes períodos, com ênfase no que se verifica no tempo presente.
- Valorizar, em bases científicas, o estudo crítico das relações sociais que são mediadas pelo fenômeno educacional em diferentes perspectivas conjunturais, com vistas à transformação social.
- Analisar as diferentes concepções didático-epistemológicas que pautam as diversas correntes educacionais.
- Conhecer e valorizar a diversidade cultural dos povos do campo, das águas e da floresta.
- Identificar a Didática como saber relacionado à *práxis* educacional e proporcionador de engajamento político.
- Concatenar dialeticamente as ações de planejamento, de ensino e de avaliação pedagógica na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
- Apresentar, produzir e implementar possibilidades metodológicas a partir das quais sejam possíveis mediações entre as diversas áreas do conhecimento, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
- Estimular o desenvolvimento de tecnologias de informação e de comunicação para além de seus aspectos instrumentais, alcançando teleologias identificadas nos princípios que regem este Projeto de Curso.
- Construir processos de pesquisa e produção do conhecimento científico engajado na perspectiva da transformação social.
- Educação Estética
- Produzir do material didático para o contexto da Escola do Campo.
- Desenvolver vivências em diferentes Escolas do Campo.

4.3. JUSTIFICATIVA

A implementação de um Curso de Pedagogia; docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental no contexto do campo, oferecida pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, se faz necessário em função do atendimento aos anseios das organizações e dos Movimentos Sociais e populares vinculados ao campo e das populações camponesas que vivem em acampamentos, assentamentos e comunidades remanescentes de quilombos. A atuação forte destes Movimentos sociais existe devido à estrutura agrária concentradora, que excluiu milhares de camponeses da terra, que não tendo condições de sobreviverem sem ela, se organizam e voltam a lutar para conquistar seu espaço.

Um fator relevante para a implementação de ações voltadas para a educação e para o desenvolvimento, é o fato de que em algumas regiões, mais de 50% da população vive e desenvolve atividades relacionadas com o meio rural e, no entanto, com o processo de nuclearização, houve na verdade um processo que poderia ser chamado de urbanização do ensino, pelo qual a maioria das escolas do campo foram fechadas e seus/suas educandos/as colocados/as em transporte escolar, sendo levados para os centros urbanos. A consequência para o campo tem sido das piores possíveis. Os jovens saem do campo para estudar e estudando não mais querem viver no campo, pois a educação urbanista/capitalista que prega a competitividade, reforça a ideia de estudo enquanto forma de ascensão social, segundo a qual é preciso estudar para conseguir um bom emprego ou passar no vestibular. Esta educação acaba por negar o campo enquanto um espaço de vida, de cultura e de história, passando a visão deste espaço, como algo atrasado, com pessoas ignorantes, mal vestidas, reforçando desta forma o campo, como um espaço de produção de mercadorias e de desenvolvimento capitalista.

No entanto, muitas escolas foram mantidas no campo, com apoio dos camponeses que compreendem a importância direta desta instituição na vida da comunidade. Muitas delas estão localizadas em espaços de assentamento e acampamento da Reforma Agrária.

O problema evidenciado nas práticas pedagógicas realizadas nestas instituições, é que o corpo docente é o mesmo que atua e reside no perímetro urbano, com cultura e formação urbanistas e reproduzem esses valores em suas práticas, havendo, inclusive, uma grande rotatividade dos mesmos, o que resulta em prejuízo ao processo de aprendizagem.

Com um curso de Licenciatura em Educação do Campo, pretende-se também a formação de educadores/as camponeses/as, para atuar em escolas deste contexto, procurando assim romper a dicotomia de ter escolas no campo, mas não ter educação do campo. E um problema mais grave ainda, que prejudica a educação nas escolas camponesas, é que para fechar uma quantidade razoável de aulas, educadores/as atuam em áreas totalmente alheias a sua formação acadêmica, e há um número considerável de professores que não tem formação acadêmica.

A partir da Lei 12.796/2013 que estabelece a obrigatoriedade de escolarização a partir de 4 anos de idade, haverá um aumento significativo da demanda para as escolas do campo, exigindo, consequentemente um maior número de docentes qualificados.

4.4. HISTÓRICO DO CURSO

A UNICENTRO procura consolidar suas conquistas no contexto do Estado

Democrático de Direito. Este texto, inicialmente, traça a história do curso de pedagogia na UNICENTRO paralelamente ao processo de construção da identidade do pedagogo no Brasil para ampliar a compreensão a respeito dos percursos percorridos, permeados de impasses, indefinições, avanços e retrocessos.

A origem do curso de Pedagogia da UNICENTRO está na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, FAFIG, criada em 1970, oferecendo, inicialmente, as licenciaturas em Letras, Geografia, História, Matemática e, em 1977, cria os cursos de Ciências Licenciatura de 1º Grau e Pedagogia, atendendo ao Decreto Lei 1.190, de 1939, que estabelece a organização da Faculdade Nacional de Filosofia. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras são pilares da universidade brasileira com o objetivo de formar professores para o ensino secundário. No caso do curso de Pedagogia, forma professores para a Escola Normal. Essas faculdades encontram dificuldades para atingir os ideais mais elevados constantes de sua concepção, embasada no modelo humboldtiano. A função integradora, prevista para essas instituições, fica comprometida e algumas ofertam cursos de pós-graduação a fim de resgatar, dessa forma, as metas mais avançadas de especialização e pesquisa.

O modelo humboldtiano comporta a concepção humanista-idealista e emerge quando a Alemanha, afetada pelos acontecimentos da Revolução Francesa e pelo domínio napoleônico do início do século XIX, cria universidades novas para compensar a perda de instituições que passam para territórios estrangeiros e para unificar a nação. Tais universidades, por não estarem presas à tradição anterior, se adaptam às novas exigências sociais e intelectuais. A melhoria salarial dos professores faz da docência uma profissão que não depende mais de complementação de rendimentos advinda de um segundo emprego. Ela possibilita, também, que os professores se dediquem à pesquisas em virtude do tempo disponível que a usufruem. Tais mudanças fundamentam-se nas concepções neo-humanistas de Humboldt, Fichte e Schleiermacher que dizem respeito à liberdade do ensino e do aprendizado.

Esse modelo é implantado pela Universidade de Berlin, em 1809 e prevê a constituição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão central do ensino superior, lócus da formação básica preparatória para as escolas profissionais e espaço propício às inovações. Ele enfatiza a docência na formação científica e na unidade entre ensino e investigação bem como a preocupação com a formação geral, humanista, não-pragmatista, ao invés do mero preparo profissional.

A criação de faculdades isoladas, ao invés de universidades, marca a implantação do sistema estadual de ensino do Paraná, iniciada em 1949, sendo essa uma opção decorrente da inexistência de tradição universitária no Brasil. Até o final da década de 1960, o Estado do Paraná conta somente com duas universidades, a Universidade Federal do Paraná e a Pontifícia Universidade Católica, ambas sediadas na capital. No que diz respeito ao cenário nacional subjacente aos primeiros anos de funcionamento da FAFIG, há a mudança na dinâmica político-social enfrentada pelo país, a partir de 1964 e o período ditatorial, que promove expressivas alterações no ensino superior.

A Lei n. 5.540/1968, fruto do acordo entre o Ministério de Educação brasileiro e a United States Agency for International Development (conhecido como Acordos MEC/USAID), enseja a reorganização didática e administrativa para adequação do ensino superior ao projeto educacional da política vigente que se pauta na ideia da eficiência técnico-econômica. A política centralizadora do governo federal controla as instituições, por meio da legislação.

A racionalização da gestão das instituições de ensino superior, a partir do modelo das organizações privadas, a criação do vestibular unificado, a implantação do

regime de créditos e os esforços pela desmobilização política do movimento estudantil são algumas nuances de um ensino superior descompromissado com um projeto de nação soberana e de cidadãos ativos. Mesmo quando são reconhecidos alguns avanços da Reforma Universitária de 1968, que se consolidam como experiências bem sucedidas tais como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a criação da pós-graduação stricto sensu, torna-se evidente que o resultado, de modo geral é prejudicial às instituições brasileiras. Depois de debelar a oposição mais combativa do movimento estudantil universitário, com a reforma do ensino superior, os tecnocratas da educação, a serviço da ditadura militar, reformulam a Lei 4024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com as Leis 5692/1971 e 5.540/1968, a educação básica e o ensino superior, respectivamente, ficam adequados aos interesses da ditadura militar.

O Curso de Pedagogia da FAFIG nasce nesse contexto que estabelece ligação quase linear entre educação superior e mercado de trabalho. Pautado no tecnicismo presente na Lei da Reforma Universitária, o curso inicialmente se organiza com inspiração no modelo taylorista/fordista. O curso visa a formação para o magistério das disciplinas pedagógicas do Ensino Normal e para as atividades de orientação e administração escolar e atende à Resolução 2/1969, do Conselho Federal de Educação, que institui, além dessas especialidades, as de supervisão escolar e inspeção escolar.

A lógica que permeia o currículo do curso é a de que há estreita correlação entre a formação superior e a função a ser desempenhada no mercado de trabalho, sem articular formação para docência com as funções técnicas dentro da escola. O regime de créditos funciona precariamente na FAFIG, em virtude da falta de condições financeiras e administrativas. Nesse regime, o aluno, supostamente, determina o plano de estudos atendendo aos pré-requisitos num rol de disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas, com prazos máximos e mínimos para conclusão dos cursos. Na década de 1970 ganhava vulto no país a possibilidade de extinção do curso de Pedagogia, pois as homologações 68/1975 e 71/1976, do Conselho Federal de Educação, pelo conselheiro Valnir Chagas reformulam os cursos de formação de professores e demais profissionais da educação. A proposta era de formar o especialista e, assim, as tradicionais habilitações preparatórias para as funções não docentes são acrescidas às licenciaturas em geral.

Professores e estudantes do curso de Pedagogia da FAFIG, notando a intenção de extinção do curso, nos anos que se seguem, unem-se às mobilizações nacionais que salientavam a importância do pedagogo, e assumem a necessidade de construir uma identidade profissional para servir de parâmetro para as propostas de formação, o que até então é elaborado pelos legisladores, sem consulta e/ou intervenção dos docentes que as efetivam nas instituições de ensino superior. Em âmbito nacional, os anos de 1980 são marcados, também, por movimentos sociais de resistência ao autoritarismo imposto pela ditadura militar e na busca da redemocratização do país.

O Comitê Pró-Formação do Educador, criado em 1983, fortalece ações para reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciaturas. São encaminhadas reflexões e ampliadas discussões para a formação dos demais licenciados, pautadas na necessidade de superar a fragmentação presente, de colocar a docência como base da identidade do pedagogo a partir de um núcleo comum, denominado como base comum nacional. O Comitê torna-se Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, CONARCFE, discutindo as questões em encontros nacionais, até 1990, quando se transforma em Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, ANFOPE.

Nesse momento - década de 1990 - a UNICENTRO é instituída como

universidade. Há a ampliação e capacitação do corpo docente em programas de pós-graduação stricto sensu e se acentuam os esforços para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O reconhecimento como universidade dá-se a partir da junção da FAFIG à Faculdade de Ciências e Letras de Irati FECLI. Apesar do avanço em sua estrutura organizacional, a UNICENTRO enfrenta as limitações impostas pelas reformulações relativas às tendências neoliberais que se manifestam de maneira mais marcante e tomam corpo jurídico-institucional no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Cardoso colocou, como medida imprescindível, a Reforma de Estado por entender que o modelo de administração burocrática dos serviços públicos, cuja organização remonta aos anos de 1930, é um dos fortes empecilhos para assegurar a superação da crise fiscal e econômica e para ajustar o país à nova ordem mundial.

Em substituição, é proposto o modelo de administração pública gerencial como forma de trazer eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos. Além disso, há a valorização da administração privada e a ideia de descentralização e de autonomia, com controle centralizado e por resultados. As ações reformistas, ao incidirem sobre a jovem UNICENTRO, impelirem-na à adesão a uma nova cultura política assentada epistemicamente numa ciência instrumentalizada - transformada em mercadoria - e num neopragmatismo - profissionalização cientificizada, o que Marilena Chauí denominou como “universidade operacional” (CHAUÍ, 2003). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, a discussão sobre a identidade do pedagogo ressurge, pois a lei introduz novos indicadores para a formação de profissionais para educação básica.

No artigo 62, menciona o Instituto Superior de Educação, ISE, como espaço possível, além das universidades, de formação para professores para atuar na educação básica. No artigo 63 inciso I, estabelece entre as atribuições dos ISEs a manutenção do curso normal superior para formação de docentes para educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, possibilitando, também, a formação pedagógica aos portadores de diplomas de qualquer nível superior que desejarem se dedicar ao magistério na educação básica (art. 63, Inciso II). Esses dispositivos legais contrariam e desconsideram as discussões feitas até então.

Em 1998, a ANFOPE elabora o documento intitulado Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação, em que defende que o lócus privilegiado de formação de professores para atuação na educação básica é a universidade, levando em conta a base comum nacional e considerando a docência como fundamento da identidade profissional de todos os profissionais da educação. Salienta a necessidade de superar a fragmentação existente entre as habilitações, bem como a dicotomia entre pedagogos e demais licenciados.

O argumento dos legisladores é que a modernidade exige profissionais preparados com maior rapidez, agilidade, flexibilidade. Esse posicionamento converge para as exigências postas pelo Banco Mundial para o Brasil, de formar todos os docentes da educação básica em cursos superiores até 2007, pretendendo, ainda, o aligeiramento e o corte nos custos da formação de professores. O curso de Pedagogia da UNICENTRO, nesse momento, direciona-se para uma abordagem baseada em competências/habilidades e mantém a relação entre ensino e pesquisa.

O eixo comum é a formação para as séries iniciais com as habilitações em supervisão escolar, educação infantil, educação inclusiva, orientação educacional e administração escolar. Após a aprovação, em 2006, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, pelo Conselho Nacional de Educação, CNE, por meio da Resolução CNE/CP n. 1, a UNICENTRO

encaminha o processo de reestruturação do curso para superar a segmentação das habilitações e especializações, voltando-se para a valorização do pedagogo escolar, cuja base de formação e identidade profissional é a docência.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura - DCNs extinguem as habilitações e definem que a formação oferecida abrange integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas de instituições de ensino geral, e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas. Também reafirmam as universidades como lócus privilegiado de formação de professores. A carga horária exigida para o curso passa de 2.800 horas para 3.200 horas. Em sintonia com as DCNs, a UNICENTRO encaminha sua proposta no sentido de assegurar ao pedagogo o domínio filosófico, sociológico, político, psicológico do processo educativo, numa perspectiva crítica capaz de explorar o caráter científico da educação com referência no contexto socioeconômico político brasileiro.

No contexto de reforma da educação nacional na década de 1990, a formação de professores em nível superior motiva grandes debates e enfrentamentos por parte do conjunto de educadores, pesquisadores e organizações, preocupados com a especificidade do curso de pedagogia que tem na docência seu campo de estudo, pesquisa e atuação profissional. De acordo com o Art. 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Nesta perspectiva, a formação de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental fica por conta do Instituto Normal Superior (ISE) ou do curso Normal Superior. Mas as reações dos movimentos organizados pró-educação em defesa da docência como princípio de formação do curso de pedagogia frente às determinações da nova LDBEN 9394/96 (Art. 62 a 65), engendram embates e mobilizações, haja vista a intencionalidade de excluir do curso de Pedagogia a função de formar professores para atuar na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (SCHEIBE; DURLI, 2011). Mediante tal situação e no sentido de normatizar o curso de pedagogia o Conselho Nacional de Educação - CNE delibera, no ano de 2006, sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, instituídas pelos pareceres CNE/CP n. 05/2005 e CNE/CP n. 03/2006 e pela Resolução MEC/CNE n. 01/2006 e que resultam do envolvimento de comissões internas do Ministério da Educação, Comissões Bicamerais do Conselho Nacional de Educação, Comissões de Especialistas de Ensino de Pedagogia, entidades e associações da área de Educação (ANFOPE, ANPED, ANPAE, FORUMDIR, CEDES, entre outras). Ou seja, tal processo exige o envolvimento de intelectuais que consideram especialmente dois projetos em disputa: a proposta defendida pela ANFOPE e a proposta de reformas da Educação Básica e Ensino Superior implantadas pelo governo desde 1990(SCHEIBE; DURLI, 2011). Nesta esteira de reformas, com a sanção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura (2006) o Departamento de Pedagogia - DEPED inicia estudos sobre a proposta pedagógica e matriz curricular do curso de pedagogia da UNICENTRO, pois a carga horária total devia ser reajustada, passando a ser calculada em hora-relógio, conforme as determinações da Resolução n. 3/2007 do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Neste sentido, há a necessidade de revisão da carga horária, o que implica, sobretudo, em rever todo o Projeto Político Pedagógico - P.P.P. anterior, visto que, ao

modificar a carga horária de uma disciplina, consequentemente há implicações em toda proposta, pois dar maior ou menor importância a esta ou aquela disciplina é, sem dúvida, mexer com concepções, necessidades e perspectivas, inclusive de novas disciplinas. Cabe esclarecer que o novo Projeto Político Pedagógico - P.P.P. é elaborado em 2008, mas vigoraa partir do ano de 2009. O documento inicia apresentando a trajetória histórica e de construção das propostas pedagógicas para o curso, que se faz por intermédio de mudanças tanto no mercado de trabalho como na legislação. Retomam-se brevemente, alguns momentos deste percurso:

1 A partir de 1976- Organização do curso para atender às necessidades do mercado: a formação do pedagogo é composta pela base comum, direcionada para a atuação no Magistério, mais especialidades da habilitação, voltadas para formação de técnicos para as escolas de acordo com as exigências do mercado de trabalho que se constituía. Segundo Maciel (2011, p.18), o "curso [...] enfatizava uma formação psicologizante e organizado dentro de um modelo taylorista/fordista representado pelo conhecimento técnico. Tinha um eixo comum na formação para o ensino normal e em duas habilitações, uma em Administração Escolar e outra em Orientação Educacional".

2 A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96: adoção de um currículo voltado à formação de licenciados para o Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e inserção de novas habilitações de Educação Infantil e Supervisão Escolar.

3 A partir do ano 2000: inserção da habilitação de Educação Inclusiva visando, de forma ampliada e melhorada, substituir a formação que até então era oferecida em Estudos Adicionais, e atender à demanda social carente de profissionais para atuar na Educação Especial. Inserção do discurso das competências e habilidades no sentido de dar uma nova caracterização ao curso, assim como da interdisciplinaridade, a contextualização e a articulação do ensino com a pesquisa.

4 A partir de 2005 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, 2006:tentativa de acompanhar a flexibilização do mercado de trabalho; substituição das especialidades/habilitações pela formação geral na Docência e na Gestão Educacional em instituições escolares e não escolares; ênfase na pedagogia como ciência da educação e da formação de professores. Incentivo à formação continuada em programas de pós-graduação nas áreas não ofertadas na graduação.

5 A partir de 2009: não apresenta mudanças significativas em relação à proposta anterior, mas realiza adequações na matriz curricular do curso.

Sinaliza o Projeto Político Pedagógico que mesmo em face das mudanças efetivadas a partir da última reformulação, ainda está muito presente a concepção fragmentada do curso em habilitações, haja vista que a oferta dos programas de pós-graduação, especialmente em nível lato-sensu, são as formações específicas que a graduação não mais oferece. Enfatiza ainda o documento que, no decorrer do trajeto realizado há ampliação do conceito de educação, diversificação das atividades pedagógicas, ampliação dos espaços educativos movidos pelo surgimento de novos sujeitos que necessitam de formação. O curso ganhou uma visão plural de educação e uma abordagem mais interativa (P.P.P. 2008). No percurso histórico do curso de Pedagogia da UNICENTRO é perceptível o reflexo das dificuldades enfrentadas a formação dos pedagogos, pois no nível particular o curso sofre as influências das decisões, escolhas e disputas que se estabelecem em nível macro.

Como esclarecem Scheibe e Durli (2011) historicamente o curso de Pedagogia evidencia algumas necessidades que impostas para a formação profissional em nível superior, assim como as tendências que configuram o campo educacional em períodos específicos de sua existência, o que influenciou na definição da identidade do pedagogo. Asseveram as autoras que o curso de Pedagogia, num primeiro momento,

"[...] serviu para formar dirigentes educacionais do país e professores para os cursos normais de ensino médio que formavam os profissionais para a escolarização fundamental".(SCHEIBE; DURLI,2011,p.100).

Num segundo momento essa identidade muda para formação de especialistas aos professores que vinham dos cursos normais ou de outras licenciaturas, passando a identidade a ser do especialista supervisor escolar, orientador educacional entre outras especificidades. Entretanto, essa identidade é questionada pelo tecnicismo pedagógico que a caracteriza. Tal crítica avança nas décadas de 1980 e 1990, nas universidades, entre o conjunto dos educadores defensores de uma formação do pedagogo ampla e multidimensional, como professor para a Educação Infantil, séries iniciais e no Ensino Superior.

Esta identidade é a que prevalece nas DCNP (2006) (SCHEIBE; DURLI, 2011). A docência, compreendida nessa perspectiva, implica num sentido mais amplo que ultrapassa a função de ensino, submetida somente à sala de aula, pois integra também as de professor, gestor e pesquisador. "O profissional formado no curso de Pedagogia, desse modo, o pedagogo, é bacharel e licenciado ao mesmo tempo, formado para atuar no magistério, na gestão educacional e na produção e difusão do conhecimento da área da Educação". (SCHEIBE; DURLI, 2011, p. 103). Deste modo, a concepção histórico-crítica da pedagogia como ciência da educação e de formação do pedagogo, voltada para a docência, vista como base da formação da identidade desse profissional é assumida pelo P.P.P. (2008).

Como vimos até aqui a reflexão sobre o curso de pedagogia da UNICENTRO se dá a partir da sua trajetória histórica de mais de 40 anos de existência. Ao longo da análise identificam-se avanços, impasses e novos desafios a serem enfrentados. A iniciativa de reformulação do curso, deflagrada em 2014, antecipa o debate diante das novas DCNs de 2015, para as licenciaturas e engendra reflexões que explicitam os limites a serem superados em direção a uma formação docente omnilateral.

No ano de 2015, quando o Curso de Pedagogia da UNICENTRO completa 40 anos de existência, e inicia um debate sobre a sua reformulação, o Conselho Nacional de Educação aprova o Parecer CNE/CP n. 2/2015 que, após homologação ministerial, enseja a edição da Resolução CNE/CP n. 2/2015, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais, DCNs, para a formação inicial, em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Com esta legislação ficam estabelecidos marcos legais para as licenciaturas e o Curso de Pedagogia tem um papel importante nesse processo que orienta a organização e funcionamento dos cursos de licenciatura no prazo de dois a cinco anos. São definidos princípios, fundamentos, dinâmica formativa, procedimentos a serem contemplados nas políticas, gestão, programas, cursos de formação.

As DCNs estão em sintonia com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece como desafios para o decênio 2014-2024, dentre outros, a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50%; a oferta de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária; e a garantia de que todos os docentes da Educação Básica tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. As DCNs atendem a reivindicações da comunidade educacional e marcam um foco de discussões há mais de uma década no Conselho nacional de Educação - CNE.

Afirmam a centralidade da formação de profissionais da educação no contexto

mais abrangente da política de valorização entendida a partir da articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Reafirmam a importância da conexão entre formação docente/Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e entre Educação Básica/Superior. A fim de atender à concepção articulada de formação inicial e continuada, as DCNs estabelecem que as universidades e demais instituições formadoras institucionalizem projeto de formação de professores com identidade própria, isto é, que leve em consideração sua história e seu estágio de desenvolvimento institucional.

Este processo garante a organicidade no processo formativo. Assim sua elaboração e desenvolvimento requerem articulação no interior da universidade e fora dela. No que diz respeito ao currículo dos cursos de formação inicial, as diretrizes trazem mudanças e revogam as determinações contidas na Resolução CNE/CP n. 2/2002 que instituíam a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena. A carga horária das licenciaturas é elevada de 2.800h para 3.200h, igualando-se à carga horária mínima do curso de Pedagogia. Preveem em seus currículos, conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Disciplinam, também, a formação pedagógica para os graduados não licenciados que queiram ingressar no magistério da Educação Básica.

Por esse motivo, foi revogada a Resolução CNE/CP n. 2/1997, que estabelecia normas para a oferta dos programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. O artigo 14 da Resolução CNE/CP n. 2/2015 dispõe sobre os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, que são de caráter emergencial e provisório e ofertados aos portadores de diplomas de curso superior com sólida base de conhecimentos na área estudada.

Enfim, as DCNs apresentam várias inovações definindo uma maior articulação e organicidade na formação dos professores ao reorientar a relação entre ensino superior e educação básica, graduação e pós-graduação, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, ainda, a formação inicial e a formação continuada. Entre os aportes teóricos e as concepções fundamentais que orientam as DCNs, destacam-se dois, para uma breve análise, para contribuir com o debate sobre a reformulação do Projeto Político Pedagógico de Pedagogia da UNICENTRO: a unidade teoria e prática e o trabalho coletivo interdisciplinar.

A discussão da unidade entre teoria e prática é prioritária em relação às demais porque está no cerne das principais limitações do Curso de Pedagogia. A sua trajetória histórica, como analisado anteriormente revela que a orientação tecnicista e pragmática que predomina nos seus 40 anos de existência valoriza um praticismo em detrimento da teoria. O fazer sem pensar do taylorismo que caracteriza as perspectivas tecnicistas - pode ser eficiente para uma organização privada que busca o lucro e necessita de trabalhadores que se comportam como autômatos. Mas a educação não é assim. A escola não é uma organização privada, mas uma instituição social.

O objetivo da escola não é a obtenção de lucro, mas a difusão da cultura para promover a humanização da sociedade. A cultura – que é o objeto da educação – não pode ser uma mercadoria. Considerar a educação como um fazer destituído da sua função social e humanizadora como propõem as teorias tecnicistas é reconhecer os

profissionais da educação como seres sem vontade e, ao mesmo tempo, é perder de vista a condição dos educadores como intelectuais transformadores. Quando se desconsidera os educadores como intelectuais transformadores promove-se uma desvalorização do magistério, como afirma Giroux (1995).

Assim, os educadores perdem o reconhecimento da sua profissão, como ofício. A docência torna-se passa um trabalho simplificado e indiferenciado passível de ser realizado por qualquer indivíduo, mesmo sem formação alguma. A questão do livro didático ilustra a situação. Geralmente, o livro didático é produzido por editora de uma capital. São contratados especialistas para redação das lições que são utilizadas por escolas das mais diferentes regiões do país.

O conhecimento não é mais algo a ser produzido, pois está objetivado no livro didático. E os educadores tornam-se assim desqualificados, submetidos a baixos salários e podem ser facilmente dispensados e substituídos por qualquer pessoa sem qualificação, desde que saiba usar o livro didático. Ao fazer a crítica do pragmatismo e reconhecer os educadores como intelectuais transformadores, afirma-se que a formação e a prática profissional dos educadores exige uma forte unidade entre teoria e prática.

Para que a escola cumpra a sua função social de produzir em cada sujeito individual a universalidade da cultura, como afirma Saviani (2007), é fundamental a definição dos seus objetivos educacionais, bem como o acompanhamento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem. Essa tarefa exige um esforço teórico e um empenho prático em que os dois momentos, mesmo distintos, tornam-se interdependentes. Portanto, a unidade entre teoria e prática caracteriza a especificidade do trabalho docente e, ainda, é fundamental para a educação nos diversos locais onde em que se realiza.

Se a unidade entre teoria e prática é decisiva para a formação e a atuação dos educadores, ela também é considerada para a definição do perfil do profissional que o curso de Pedagogia deseja formar. Se o educador não pode ser um autômato vivo porque trabalha cotidianamente com pessoas e com a cultura, compete ao pedagogo a condição para conceber e realizar projetos educacionais que articulem as dimensões da teoria e da prática.

Assim torna-se necessário pensar uma formação do pedagogo pautada na proposta de uma educação omnilateral, ou seja, uma educação que propicie aos futuros profissionais um desenvolvimento integral de todas as suas potencialidades, com uma formação que combine a educação intelectual com o trabalho produtivo. Com essa proposta é possível superar a dicotomia entre concepção – pensar - e execução – fazer - para assegurar a todos a compreensão integral do processo educativo.

A perspectiva da formação omnilateral dos profissionais da pedagogia pode contemplar tanto a docência quanto a gestão. Neste caso trata-se da gestão da educação e das instituições escolares que não podem ser concebidas como organizações privadas e submetidas à lógica da administração empresarial, pois as finalidades da educação são abrangentes e de caráter social. Outro aspecto importante a ser privilegiado pelo debate é o trabalho coletivo interdisciplinar.

Nessa trajetória foi criado o Laboratório de Educação do Campo e Indígena (LAECI) que, entre 2009 e 2013 realiza um curso de Licenciatura em Educação do campo, para os povos do campo; entre 2014 e 2015 realiza a pó pós-graduação para os egressos desse curso; em 2015 elabora e aprova um novo curso de pedagogia para educadores do Campo com financiamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que passa a funcionar em 2020; a partir de 2017 passou a desenvolver programas de extensão junto à comunidade indígena Rio das

Cobras para formação continuada de professores, nesse ano, a referida comunidade encaminhou à Universidade um pedido para que lá fosse implantada uma extensão para oferta de cursos superiores na Aldeia.

Nesse sentido, o curso de Pedagogia para o Campo, destina-se aos beneficiários da Reforma Agrária, uma turma de 50 estudantes, como descreve o manual de operações do Pronera; tem financiamento dessa agência; é um curso em Alternância com tempos educativos na universidade e tempos educativos na comunidade; é coordenado em parceria entre Unicentro, Movimentos Sociais do campo e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); tem como ênfase a atuação do pedagogo no contexto da educação escolar do campo; duração de 4 anos.

4.5. PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL

O Curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo prevê a formação de profissionais de alta capacidade acadêmica e técnica nos termos da Resolução CNE/CP n. 001/2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. E, por sua especificidade, será desenvolvido de modo a profissionalizar os participantes para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, dando acento à perspectiva político-pedagógica que caracteriza os movimentos sociais e outros coletivos ligados à Reforma Agrária.

4.6. CAMPOS DE ATUAÇÃO

Docência na Educação Infantil; Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental (crianças e jovens e adultos). Este profissional pode atuar no processo educativo de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação. O graduado em Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo poderá atuar em todos os contextos educacionais sem restringir-se ao contexto agrário, embora este último tenha acentuado destaque na formação ofertada

4.7. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Definir caminhos para a avaliação é reafirmar os caminhos, princípios definidos para a ação pedagógica. É preciso entender a avaliação como parte do processo e como processo e não como um momento final do processo. Se assim compreendermos a avaliação, a ênfase, recairá sobre o processo educativo e não sobre os resultados.

A avaliação, por ser diagnóstica e formativa, deverá ser contínua e cumulativa cumprindo várias funções: conhecer os/as educandos/as, identificar as dificuldades de aprendizagem, determinar se os objetivos propostos foram ou não atingidos, aperfeiçoar o processo educativo, promover os alunos. Os objetivos indicados explicitam vários aspectos da avaliação: individual do educando e do educador e institucionais, ou seja, o processo de avaliação serve para realimentar o processo no sentido de realizar novas mediações, reorganizando os tempos, espaços e relações, inclusive institucionais.

Outro aspecto é a relação da avaliação com os objetivos. Quando construímos o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo, definimos o projeto que iremos defender e os objetivos que pretendemos alcançar e avaliação deve ser organizada no sentido de perceber se esses objetivos foram alcançados e,

se não, o que deve ser feito para retomá-los.

Os principais instrumentos/técnicas de avaliação que serão utilizados são a observação, a aplicação de provas, a auto-avaliação, pesquisas, organização de portfólios, a apresentação de trabalhos, dentre outros, exigindo-se desde a memorização reflexiva até a síntese, enfatizando-se o uso da língua padrão.

A avaliação será entendida a partir da consideração de que os processos de desenvolvimento e aprendizagem são permanentes, portanto, sempre inacabados. Assim, a avaliação deve ser um instrumento que contribua para potencializá-los.

A partir disso, consideramos importante, ainda:

a) compreender o caminho que o/a educando/a está fazendo para se apropriar do conhecimento – essa compreensão possibilitaria realizar mediações mais significativas;

b) considerar o/a educando/a seu próprio parâmetro, ou seja, que se valorizasse o seu processo e não o colocasse em posição de competição com o outro;

c) não apenas constatar erros, mas rever processos;

d) valorizar conteúdos significativos e não detalhes;

e) elevar o nível de exigência, superando a mera memorização mecânica e buscando a análise, a síntese, a aplicação dos conteúdos.

O aluno estará aprovado se alcançar a média igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e a freqüência igual ou superior a 75%. No caso de alcançar média entre 5,0 (zero vírgula zero) e 6,9 (seis vírgula nove) e freqüência igual ou superior a 75%, terá direito a realizar exame final. Para ser aprovado em exame final, o aluno deve alcançar uma nota que, somada à média do período e dividida por dois, resulte em uma nova média de valor igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

Os educandos que não obtiverem aproveitamento mínimo, exigido para aprovação deverão participar de um processo paralelo de estudos, elaborado e orientado pelo educador da respectiva disciplina, até obter o aproveitamento necessário. Casos especiais serão analisados pelo colegiado do curso.

4.8. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO E INSTITUCIONAL

Em termos institucionais, o Curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo se submeterá às avaliações legais e periódicas mediadas pela Diretoria de Avaliação Institucional (DIRAI). O Departamento de Pedagogia, ao qual o curso é vinculado, implementa ações específicas de autoavaliação.

Em todos os casos, haverá participação efetiva da comunidade envolvida – discentes, docentes e agentes universitários, para que os resultados dos ciclos e processos avaliativos efetivamente subsidiem o aperfeiçoamento da oferta.

4.9. ESTRATÉGIAS PARA ARTICULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

O Curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo apresenta, desde o seu título, sua vinculação primaz com o mundo do trabalho tal como se materializa no contexto campesino, com suas contradições e possibilidades. Os alunos do curso, oriundos do mundo do trabalho agrário, acessarão recursos teórico-metodológicos voltados à apreensão, à regulação mental crítica e à intervenção propositiva e democrática em seu contexto, especificamente o educacional. As disciplinas de estágio pedagógico supervisionado cumprirão especial função nesse processo.

O trabalho é aqui entendido como princípio educativo (SAVIANI, 2008) e a formação é pensada na sua forma omnilateral, em todas as suas dimensões (FRIGOTTO, 2012). Analisando as relações de trabalho dos indígenas em seus contextos, consideradas as especificidades culturais das etnias, não há dúvida de que são relações capitalistas (CAPELLO, 2004, p. 31). Neste contexto, exigem uma formação que abarque as relações do trabalho no campo e na cidade.

Diante disso, se propõe alguns eixos de discussão para a articulação com o mundo do trabalho: 1. conhecimento como construção sócio-histórico-cultural; 2. relação teoria e prática e interdisciplinaridade como elementos indissociáveis ao longo do curso; 3. a pesquisa como princípio científico e educativo; 4. a gestão democrática e a docência como princípios indissociáveis; 5. Interculturalidade e inclusão como fundamentos das diferenças presentes na sociedade ; 6. A educação pública como lugar de construção do conhecimento comprometido com a transformação e a justiça social; 7. A formação como meio de fortalecimento da cidadania; 8. A Extensão como processo formativo estabelecido na interação transformadora da Universidade com a sociedade; 9. A formação continuada como ferramenta de aperfeiçoamento ressignificação profissional; 10. Sociedade como relação mediada e mediadora.

Ainda no percurso da formação acadêmica, os eixos elencados anteriormente pautam encaminhamentos de ações a serem realizadas durante o Tempo Universidade, e serão trabalhados de forma que o acadêmico em formação possa perceber os conceitos estudados na sua prática social, como o desenvolvimento de atividades de extensão fundamentadas na práxis, por meio da adequação do Tempo Comunidade. Para que as ações assumidas se materializem, algumas estratégias são apontadas nestas propostas de trabalho, tais como:

a) Incentivo à elaboração de projetos de pesquisa a partir dos problemas enfrentados nas práticas sociais dentro das comunidades, ou fora dela, que poderão ser investigadas, problematizadas e estudadas à luz da articulação teoria e prática, no sentido de compreender, e construir meios para interferir na realidade escolar, na gestão escolar e na organização do trabalho pedagógico;
b) Desenvolver estudos a partir das diferentes áreas pesquisadas, com a finalidade de elaborar produções pedagógicas, como material de apoio ao trabalho do professor do campo.
c) Produção de materiais pedagógicos que permitam o trabalho em escolas, incentivando o trabalho inclusivo, por meio do conhecimento das características étnicas dos camponeses em espaços escolares.
d) Realização de atividades em processos de estágio supervisionado e não obrigatórios;
e) Grupos de estudos com vistas a dar suporte pedagógico à permanência dos estudantes na Instituição, promovendo debates e pesquisas acerca das necessidades que surgirem no decorrer do processo de formação.
f) Participação em seminários integrados que promovam a socialização e a articulação dos conhecimentos aprofundados e produzidos na práxis;
g) Mobilizar os estudantes para organizarem-se em lutas para ampliar o direito dos povos do campo, das águas e das florestas à escolarização na Educação Básica, o que amplia as possibilidades de trabalho dos mesmos;
h) Entre outras possibilidades.

4.10. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Mediante a conclusão do curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo, o acompanhamento dos seus egressos seguirá as formas institucionalizadas e mediadas pela Diretoria de Avaliação Institucional (DIRAI). Além disso, pela praxe nas ofertas em curso no âmbito do Departamento de Pedagogia, serão fontes indicativas da situação dos egressos a serem consultadas: coletas de dados em currículos disponíveis on-line, ingresso na

pós-graduação, participação em extensão, aprovação em concursos públicos e presença por outras vias de acesso a instituições educacionais, entre outros.”. Esse rol de sugestões visa garantir maior organicidade ao PPC e prevenir questionamentos e retornos futuros do processo.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1. MATRIZ CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO

CURSO:

SÉRIE	DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		CARGA HORÁRIA			
			Teór.	Prát.	Teór.	Prát.	Ext.	Total
1ª	DEPED	Fundamentos Filosóficos da Educação			64	4		68
	DEPED	Linguagem e Ensino			60	8		68
	DEPED	Fundamentos Históricos da Educação			92	10		102
	DEPED	Introdução à Pedagogia			60	8		68
	DEPED	Introdução a Educação do Campo e a Escola do Campo			60	8		68
	DEPED	Estágio Supervisionado em Escolas do Campo I			48	20		68
	DEPED	Psicologia da Educação I			60	8		68
	DEPED	Sociologia da Educação I			60	8		68
	DEPED	Capitalismo, Questão Agrária e movimentos sociais			60	8		68
	DEPED	Didática da linguagem I			30	4		34
	DEPED	Didática das Ciências Humanas I			30	4		34
	DEPED	Didática das Ciências da Natureza I			30	4		34
	DEPED	Didática da Matemática I			30	4		34
	DELET	Noções de Língua brasileira de Sinais – LIBRAS			60	8		68
	DEPED	Seminário Integrador I			24	10		34
2ª	DEPED	Políticas e legislação da Educação Básica			90	12		102
	DEPED	Estágio Supervisionado em Escolas do Campo II			48	20		68
	DEPED	Fundamentos Filosóficos da Educação Brasileira			60	8		68
	DEPED	Didática e Epistemologia			58	10		68
	DEPED	História da Educação no Brasil			60	8		68
	DEPED	Didática da Linguagem II			50	18		68
	DEPED	Psicologia da Educação II			60	8		68
	DEPED	Sociologia da Educação II			60	8		68
	DEPED	Didática das Ciências da Natureza II			30	4		34
	DEPED	Didática da Matemática II			30	4		34
	DEPED	Didática das Ciências Humanas II			30	4		34
	DEPED	Pesquisa em Educação I			60	8		68
	DEPED	Educação do campo, Cultura Camponesa e Agroecologia			50	18		68
	DEPED	Seminário Integrador II			24	10		34
3ª	DEPED	Didática das Ciências Humanas III			60	8		68
	DEPED	Didática das Ciências da Natureza III			60	8		68
	DEPED	Didática da Matemática III			60	8		68
	DEPED	Didática da linguagem III			60	8		68
	DEPED	Pesquisa em Educação II			50	18		68
	DEPED	Construção social da infância			60	8		68
	DEPED	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I			58	10		68
	DEPED	Estágio Supervisionado na educação Infantil I			58	10		68
	DEPED	Currículos da Educação Básica			106	30		136
	DEPED	Análise e produção de material didático para Escolas do Campo I			34	34		68
	DEPED	Fundamentos na Educação Especial/ Inclusiva			110	26		136
	DEPED	Seminário Integrador III			24	10		34
4ª	DEPED	Educação Popular e Movimentos Sociais			32	4		36
	DEPED	Estágio Supervisionado na Educação Infantil II			30	4		34
	DEPED	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II			30	4		34
	DEPED	Pesquisa em Educação III			50	18		68
	DEPED	Didática das Ciências Humanas IV			60	8		68
	DEPED	Didática das Ciências da Natureza IV			60	8		68
	DEPED	Didática da Matemática IV			60	8		68
	DEPED	Didática da Linguagem IV			60	8		68
	DEPED	Análise e produção de material didático para Escolas do Campo II			34	34		68
	DEPED	Planejamento e avaliação			30	4		34

	DEPED	Seminário Integrador IV			24	10		34
	DELET	Literatura Infantil			60	8		68
		C/H Subtotal (horas-aula)			2.748	552		3.300
		C/H Subtotal (horas)						3300
		OUTROS COMPONENTES CURRICULARES:						
		Atividades Acadêmicas Complementares - AAC (horas)						202
		Atividades de Extensão (horas)						0
		Estágio Supervisionado Obrigatório (horas)						400
		Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (horas)						0
		C/H Total (horas-aula)						
		C/H Total (horas)						3902

DISCIPLINAS QUE ARTICULAM A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC – SOMENTE LICENCIATURAS)

CURSO:

SÉRIE	DEPTO.	DISCIPLINA	C/H DA DISCIPLINA	C/H DE PCC
1ª	DEPED	Fundamentos Filosóficos da Educação	68	4
1ª	DEPED	Linguagem e Ensino	68	8
1ª	DEPED	Fundamentos Históricos da Educação	102	10
1ª	DEPED	Introdução à Pedagogia	68	8
1ª	DEPED	Introdução a Educação do Campo e a Escola do Campo	68	8
1ª	DEPED	Estágio Supervisionado em Escolas do Campo I	68	20
1ª	DEPED	Psicologia da Educação I	68	8
1ª	DEPED	Sociologia da Educação I	68	8
1ª	DEPED	Capitalismo, Questão Agrária e movimentos sociais	68	8
1ª	DEPED	Didática da linguagem I	34	4
1ª	DEPED	Didática das Ciências Humanas I	34	4
1ª	DEPED	Didática das Ciências da Natureza I	34	4
1ª	DEPED	Didática da Matemática I	34	4
1ª	DELET	Noções de Língua brasileira de Sinais – LIBRAS	68	8
1ª	DEPED	Seminário Integrador I	34	10
2ª	DEPED	Políticas e legislação da Educação Básica	102	12
2ª	DEPED	Estágio Supervisionado em Escolas do Campo II	68	20
2ª	DEPED	Fundamentos Filosóficos da Educação Brasileira	68	8
2ª	DEPED	Didática e Epistemologia	68	10
2ª	DEPED	História da Educação no Brasil	68	8
2ª	DEPED	Didática da Linguagem II	68	18
2ª	DEPED	Psicologia da Educação II	68	8
2ª	DEPED	Sociologia da Educação II	68	8
2ª	DEPED	Didática das Ciências da Natureza II	34	4
2ª	DEPED	Didática da Matemática II	34	4
2ª	DEPED	Didática das Ciências Humanas II	34	4
2ª	DEPED	Pesquisa em Educação I	68	8
2ª	DEPED	Educação do campo, Cultura Camponesa e Agroecologia	68	18
2ª	DEPED	Seminário Integrador II	34	10
3ª	DEPED	Didática das Ciências Humanas III	68	8
3ª	DEPED	Didática das Ciências da Natureza III	68	8
3ª	DEPED	Didática da Matemática III	68	8
3ª	DEPED	Didática da linguagem III	68	8
3ª	DEPED	Pesquisa em Educação II	68	18
3ª	DEPED	Construção social da infância	68	8
3ª	DEPED	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	68	10
3ª	DEPED	Estágio Supervisionado na educação Infantil I	68	10

3ª	DEPED	Currículos da Educação Básica	136	30
3ª	DEPED	Análise e produção de material didático para Escolas do Campo I	68	34
3ª	DEPED	Fundamentos na Educação Especial/ Inclusiva	136	26
3ª	DEPED	Seminário Integrador III	34	10
4ª	DEPED	Educação Popular e Movimentos Sociais	36	4
4ª	DEPED	Estágio Supervisionado na Educação Infantil II	34	4
4ª	DEPED	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	34	4
4ª	DEPED	Pesquisa em Educação III	68	18
4ª	DEPED	Didática das Ciências Humanas IV	68	8
4ª	DEPED	Didática das Ciências da Natureza IV	68	8
4ª	DEPED	Didática da Matemática IV	68	8
4ª	DEPED	Didática da Linguagem IV	68	8
4ª	DEPED	Análise e produção de material didático para Escolas do Campo II	68	34
4ª	DEPED	Planejamento e avaliação	34	4
4ª	DEPED	Seminário Integrador IV	34	10
4ª	DELET	Literatura Infantil	68	8
		TOTAL C/H DE PCC (horas/aula)		
		TOTAL C/H DE PCC (horas)		3902

5.2. MATRIZ OPERACIONAL

SÉRIE	PERÍODO DE OFERTA	DEPTO.	DISCIPLINAS/TURMAS	CURRÍCULO PLENO			C/H OPERACIONAL		
				AULA/SEMANA		C/H TOTAL			
				Teór.	Prát.		Teór.	Prát.	Total
1ª	Anual	DEPED	Estágio Supervisionado em Escolas do Campo I (Turma A)	2	-	68	48	20	68
			Estágio Supervisionado em Escolas do Campo I (Turma B)				48	20	68
			Estágio Supervisionado em Escolas do Campo I (Turma C)				48	20	68
1ª	Anual	DELET	Noções de Língua brasileira de Sinais – LIBRAS (Turma A)	2	-	68	60	8	68
			Noções de Língua brasileira de Sinais – LIBRAS (Turma B)				60	8	68
2ª	Anual	DEPED	Estágio Supervisionado em Escolas do Campo II (Turma A)	2	-	68	48	20	68
			Estágio Supervisionado em Escolas do Campo II (Turma B)				48	20	68
			Estágio Supervisionado em Escolas do Campo II (Turma C)				48	20	68
3ª	Anual	DEPED	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (Turma A)	2	-	68	58	10	68
			Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (Turma B)				58	10	68
			Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (Turma C)				58	10	68
			Estágio Supervisionado na educação Infantil I (Turma A)	2	-	68	58	10	68
			Estágio Supervisionado na educação Infantil I(Turma B)				58	10	68
			Estágio Supervisionado na educação Infantil				58	10	68

			I(Turma C)						
			Análise e produção de material didático para Escolas do Campo I (Turma A)	2	-	68	34	34	68
			Análise e produção de material didático para Escolas do Campo I (Turma B)				34	34	68
4ª	Anual	DEPED	Estágio Supervisionado na Educação Infantil II (Turma A)	1	-	34	30	4	34
			Estágio Supervisionado na Educação Infantil II (Turma B)				30	4	34
			Estágio Supervisionado na Educação Infantil II (Turma C)				30	4	34
			Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II (Turma A)	1	-	34	30	4	34
			Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II (Turma B)				30	4	34
			Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II (Turma C)				30	4	34
			Análise e produção de material didático para Escolas do Campo II (Turma A)	2	-	68	34	34	68
			Análise e produção de material didático para Escolas do Campo II (Turma B)				34	34	68
			C/H Total (hora-aula) – Currículo Pleno				3.902		
			C/H Total (hora-aula) – Matriz Operacional				544		

5.3. CATEGORIZAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação geral/básica		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DEPED	Fundamentos Filosóficos da Educação	68
DEPED	Linguagem e Ensino	68
DEPED	Pesquisa em Educação I	68
DEPED	Fundamentos Históricos da Educação	102
DEPED	Psicologia da Educação I	68
DEPED	Sociologia da Educação I	68
DEPED	Políticas e legislação da Educação Básica	102
DEPED	História da Educação no Brasil	68
DEPED	Fundamentos Filosóficos da Educação Brasileira	68
DEPED	Pesquisa em Educação II	68
DEPED	Psicologia da Educação II	68
DEPED	Sociologia da Educação II	68
DEPED	Pesquisa em Educação III	68

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação profissional		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DEPED	Didática da linguagem I	34
DEPED	Didática das Ciências Humanas I	34
DEPED	Didática das Ciências da Natureza I	34
DEPED	Didática da Matemática I	34
DELET	Noções de Língua brasileira de Sinais – LIBRAS	68
DEPED	Didática e Epistemologia	68
DEPED	Didática da Linguagem II	68
DEPED	Didática das Ciências da Natureza II	34
DEPED	Didática da Matemática II	34
DEPED	Didática das Ciências Humanas II	34
DEPED	Didática das Ciências Humanas III	68
DEPED	Didática das Ciências da Natureza III	68
DEPED	Didática da Matemática III	68
DEPED	Didática da linguagem III	68
DEPED	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	68
DEPED	Estágio Supervisionado na Educação infantil I	68
DEPED	Currículos da Educação Básica	136
DEPED	Análise e produção de material didático para Escolas do Campo I	68
DEPED	Análise e produção de material didático para Escolas do Campo II	68
DEPED	Fundamentos na Educação Especial/ Inclusiva	136
DEPED	Estágio Supervisionado na Educação Infantil II	34
DEPED	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	34
DEPED	Didática das Ciências Humanas IV	68
DEPED	Estágio Supervisionado na Escola do Campo I	68
DEPED	Estágio Supervisionado na Escola do Campo II	68
DEPED	Didática das Ciências da Natureza IV	68
DEPED	Didática da Matemática IV	68
DEPED	Didática da Linguagem IV	68
DEPED	Construção social da infância	68
DEPED	Literatura Infantil	68

DEPED	Planejamento e avaliação	34

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação específica		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DEPED	Introdução à Pedagogia	68
DEPED	Introdução a Educação do campo e a Escola do Campo	68
DEPED	Capitalismo, Questão Agrária e movimentos sociais	68
DEPED	Seminário Integrador I	34
DEPED	Educação do campo, Cultura Camponesa e Agroecologia	68
DEPED	Seminário Integrador II	34
DEPED	Seminário Integrador III	34
DEPED	Educação Popular e Movimentos Sociais	36
DEPED	Seminário Integrador IV	34

5.4. EMENTÁRIO/BIBLIOGRAFIA

NOME DA DISCIPLINA: **SEMINÁRIO INTEGRADOR I**
Ementa: Construção de análises e sínteses a partir da problematização de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio-pedagógicos.
Bibliografia Básica: CALDART, R. S [et al]. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Práticas de iniciação à docência:** relações entre a licenciatura em educação do campo e a escola do campo. Guarapuava: Unicentro, 2014. MELO, A.; HIDALGO, A. M.; SAPELLI, M. L. S. (orgs.). **Terra e Educação:** contextos e experiências em educação do campo. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2014.
Bibliografia Complementar: ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2015, p.08-29. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96**, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004. GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). **Cartografia Social e Cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos

territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. P. 9 -24
GUIMARÃES, Rosângela dos Reis; LOURENÇO, José Nestor de Paula e LOURENÇO, Francisneide de Sousa. **Métodos e Técnicas de Diagnóstico Participativo em Sistemas de Uso da Terra.** Manaus/AM: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.
VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: **SEMINÁRIO INTEGRADOR II**

Ementa: Construção de análises e sínteses a partir da problematização de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio-pedagógicos.

Bibliografia Básica:

CALDART, R. S [et al]. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Práticas de iniciação à docência:** relações entre a licenciatura em educação do campo e a escola do campo. Guarapuava: Unicentro, 2014.
MELO, A.; HIDALGO, A. M.; SAPELLI, M. L. S. (orgs.). **Terra e Educação:** contextos e experiências em educação do campo. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2014.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2015, p.08-29.
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96**, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.
GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). **Cartografia Social e Cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. P. 9 -24
GUIMARÃES, Rosângela dos Reis; LOURENÇO, José Nestor de Paula e LOURENÇO, Francisneide de Sousa. **Métodos e Técnicas de Diagnóstico Participativo em Sistemas de Uso da Terra.** Manaus/AM: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.
VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: **SEMINÁRIO INTEGRADOR III**

Ementa: Construção de análises e sínteses a partir da problematização de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio-pedagógicos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana**

e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.
CALDART, R. S [et al]. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Práticas de iniciação à docência:** relações entre a licenciatura em educação do campo e a escola do campo. Guarapuava: Unicentro, 2014.
MELO, A.; HIDALGO, A. M.; SAPELLI, M. L. S. (orgs.). **Terra e Educação:** contextos e experiências em educação do campo. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2014.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2015, p.08-29.
GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). **Cartografia Social e Cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. P. 9 -24
GUIMARÃES, Rosângela dos Reis; LOURENÇO, José Nestor de Paula e LOURENÇO, Francisneide de Sousa. **Métodos e Técnicas de Diagnóstico Participativo em Sistemas de Uso da Terra.** Manaus/AM: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.
VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: **SEMINÁRIO INTEGRADOR VI**

Ementa: Construção de análises e sínteses a partir da problematização de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio-pedagógicos.

Bibliografia Básica:

CALDART, R. S [et al]. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Práticas de iniciação à docência:** relações entre a licenciatura em educação do campo e a escola do campo. Guarapuava: Unicentro, 2014.
MELO, A.; HIDALGO, A. M.; SAPELLI, M. L. S. (orgs.). **Terra e Educação:** contextos e experiências em educação do campo. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2014.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2015, p.08-29.
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96**, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.
GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Princípios básicos de Cartografia e

Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). **Cartografia Social e Cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. P. 9 -24
GUIMARÃES, Rosângela dos Reis; LOURENÇO, José Nestor de Paula e LOURENÇO, Francisneide de Sousa. **Métodos e Técnicas de Diagnóstico Participativo em Sistemas de Uso da Terra.** Manaus/AM: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.
VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: **CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Ementa: Estudo das concepções de currículo. Análise do currículo como campo de estudo e prática da educação. Relação do currículo com a seleção da cultura, com organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico, com o contexto histórico-social. Formas de organização curricular: disciplinar, por área, por temas, por projetos e outros. Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Análise de diferentes propostas curriculares de escolas do campo e de seus fundamentos epistemológicos, psicológicos, sociológicos e pedagógicos.

Bibliografia Básica:

BARRETO, E.S. Tendências recentes do currículo no ensino fundamental do Brasil. In: _____. **Os currículos do ensino fundamental nas escolas brasileiras.** SP: Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1998.
BRASIL. **LDB 9394.** 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
BRASIL. MEC. **Resolução nº1 de 7 de janeiro de 2015** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Brasília/DF, 2015.
LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.
MOREIRA, A. F. **Currículos e programas no Brasil.** Campinas: 1990. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **LDB 9394.** 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013.
_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017.
_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.
LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. **Conhecimento escolar** : ciência e cotidiano. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1999.
PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação fundamental da rede de educação básica do Paraná.** Curitiba, 2008. (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio – todas as disciplinas)

NOME DA DISCIPLINA: **PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**

Ementa: Planejamento como estratégia para a identificação e busca de alternativas com vistas à melhoria da qualidade de ensino; Projeto político pedagógico; Avaliação institucional; Processos de avaliação externa.

Bibliografia Básica: CORREA, J. J. e SOLIGO, V. Políticas e indicadores de qualidade da educação: relações com as avaliações em larga escala. (org) CORREA, J. J. e SOLIGO, V. São Leopoldo: Oikos, 2015. DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017. GANDIN, D. Planejamento como pratica educativa. Sao Paulo: Loyola, 1993.
Bibliografia Complementar: BRASIL. MEC. **Resolução nº1 de 7 de janeiro de 2015** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Brasília/DF, 2015. KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. Planejamento e educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1993. Coleção Questões do Nosso Tempo; v.21. SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. SP: Cortez, 1998. SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. Educação e Sociedade. Revista quadrimestral de ciência da .educação. Campinas, n. 69, p. 119-136, Dez. 1999. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Processo de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2002. ___. Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação. SP: Libertad, 1998. VEIGA, I. (org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. SP: Papirus, 1995. ___. Escola: espaço do projeto político pedagógico. SP: Papirus, 1998. WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. In: Revista Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000500003>. Acesso: 28/03/16.

NOME DA DISCIPLINA: **POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**
Ementa: O Estado e suas relações com a Educação. Análise das Políticas, Legislação e Organização da Básica, enfoque na Educação Infantil e Anos Iniciais atendendo as especificidades das escolas do campo.
Bibliografia Básica: BRASIL. MEC. **Resolução nº1 de 7 de janeiro de 2015** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Brasília/DF, 2015. CORREA, J. J. e SOLIGO, V. Políticas e indicadores de qualidade da educação: relações com as avaliações em larga escala. (org) CORREA, J. J. e SOLIGO, V. São Leopoldo: Oikos, 2015. DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017. GANDIN, D. Planejamento como pratica educativa. Sao Paulo: Loyola, 1993. KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. Planejamento e educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1993. Coleção Questões do Nosso Tempo; v.21.

Bibliografia Complementar:
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96**, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.
SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. SP: Cortez, 1998.
SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. Educação e Sociedade. Revista quadrimestral de ciência da .educação. Campinas, n. 69, p. 119-136, Dez. 1999.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Processo de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2002.
___. Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação. SP: Libertad, 1998.
VEIGA, I. (org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. SP: Papirus, 1995.
___. Escola: espaço do projeto político pedagógico. SP: Papirus, 1998.
WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. In: Revista Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000500003>. Acesso: 28/03/16.

NOME DA DISCIPLINA: **LINGUAGEM E ENSINO**

Ementa: Linguística textual - análise de elementos macro e micro-textuais da constituição da língua escrita e oral enfatizando a construção do sentido no texto, a coerência, a coesão, a argumentação e as variantes linguísticas que compõem o texto escrito. Práticas e estratégias de leitura. Produção e reestruturação de textos. Percepção das diferentes linguagens nos contextos sócio-culturais e suas possibilidades na prática educativa.

Bibliografia Básica:
BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso.** In: Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.278-289.
GERALDI, J.W. **O texto na sala de aula.** 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.
POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramátíca na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2000.

Bibliografia Complementar:
CAMPETELA, Cilene. Proposta de material didático para ensino e aprendizagem do Português como segunda língua em escolas indígenas. **Revista Letras Escreve**. Macapá, v. 4, n. 1, 1º semestre, 2014
SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**.
Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
MENEGASSI, Renilson. **Leitura, escrita e gramática no ensino fundamental**. Maringá, Eduem, 2010.
KOCH, I. V. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual / Ingedore Villaça Koch, Vanda Maria Elias. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA LINGUAGEM I**
Ementa: Tendências epistemológicas e respectivas concepções de língua e linguagem, relativamente às implicações práticas para o processo de ensino e aprendizagem da linguagem escrita da criança e jovens e adultos. Conceitos histórico-sociais de alfabetização e letramento. A pré-história da linguagem escrita no desenvolvimento da criança, da cultura e da arte. Bases epistemológicas dos jogos e suas manifestações por meio do movimento humano, considerando atividades para o pensar e agir coletivos que apontem soluções para a vida social com propostas de novos desafios para a criança.
Bibliografia Básica: BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso.** In: Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.278-289. GERALDI, J.W. **O texto na sala de aula.** 3.ed. São Paulo: Ática, 2001. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações pedagógicas para os anos iniciais / autores: Ângela Mari Gusso [*et al.]* / organizadores: Arleandra Cristina Talin do Amaral, Roseli Correia de Barros Casagrande, Viviane Chulek. -Curitiba, PR, 2010. POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramátíca na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2000. FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psiocogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
Bibliografia Complementar: CAMPETELA, Cilene. Proposta de material didático para ensino e aprendizagem do Português como segunda língua em escolas indígenas. **Revista Letras Escreve**. Macapá, v. 4, n. 1, 1º semestre, 2014 SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. MENEGASSI, Renilson. **Leitura, escrita e gramática no ensino fundamental**. Maringá, Eduem, 2010. KOCH, I. V. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual / Ingedore Villaça Koch, Vanda Maria Elias. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA LINGUAGEM II**
Ementa: A alfabetização na perspectiva do letramento. A oralidade, a leitura e a escrita; a cênica, a dança, a música e a plástica; os jogos e brincadeiras, as lutas,esporte e ginástica, como eixos do processo de alfabetização e do desenvolvimento da linguagem. A Relação fala e escrita e a compreensão da base alfabética do código escrito. O ensino-aprendizagem da ortografia e demais convenções da escrita na produção de textos de crianças, jovens e adultos, no processo de alfabetização. Desenvolvimento de metodologias na área da linguagem a partir das experiências do sujeitos do campo. Planejamento interdisciplinar.
Bibliografia Básica: CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu.** São Paulo: Scipione, 1998. COLELLO, S. M. G. **Alfabetização em questão.** São Paulo: Paz e Terra, 1995. SOARES, M. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2008.
Bibliografia Complementar: GROSSI, E. P. **Didática do nível pré-silábico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. _____. **Didática do nível silábico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. _____. **Didática do nível alfabético.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez,
MOLL, J. **Alfabetização Possível:** Reinventando e ensinar e o aprender. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.
FERREIRO, E. **Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez, 1987.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA LINGUAGEM III**

Ementa: Variações linguísticas e ensino da norma de prestígio da língua em seus contextos de uso e funcionamento, a partir de experiências do campo. Produção e reestruturação de textos como recurso para o ensino-aprendizagem dos aspectos gramaticais da linguagem escrita nos anos finais do Ensino Fundamental. Práticas pedagógicas da arte e seus fundamentos. Planejamento interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

CAGLIARI, L.C.. **Alfabetização & lingüística.** São Paulo: Scipione, 1992.
COLELLO, S. M. G. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: 2007.
GOLBERT, C. S. **A evolução psicolingüística e suas implicações na alfabetização.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
KATO, M. A. (org.). ***A concepção da escrita pela criança*.** Campinas: Pontes,1988.
_____. **No mundo da escrita:** uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar:

MARCUSCHI. L. A. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.
MORAIS, A. G. de (org). **O aprendizado da ortografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.
RIBEIRO, V. M. **Educação de jovens e Adultos:** novos leitores, novas leituras. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.
SMOLKA, A. L. **A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1996.
SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA LINGUAGEM IV**

Ementa: Práticas pedagógicas contemplando as diferentes linguagens. Análise e produção de materiais na área de linguagem.

Bibliografia Básica:

CAGLIARI, L.C.. **Alfabetização & lingüística.** São Paulo: Scipione, 1992.
COLELLO, S. M. G. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: 2007.
KATO, M. A. (org.). ***A concepção da escrita pela criança*.** Campinas: Pontes,1988.
_____. **No mundo da escrita:** uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar:

MARCUSCHI. L. A. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.
MORAIS, A. G. de (org). **O aprendizado da ortografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, V. M. **Educação de jovens e Adultos:** novos leitores, novas leituras. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.
SMOLKA, A. L. **A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1996.
SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS HUMANAS I**

Ementa: O conhecimento histórico e geográfico no campo empírico e científico. Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de História e Geografia. Relações entre o Homem-Natureza e a sociedade, observando a construção dos conceitos de espaço e tempo e relações sociais. Processos de apropriação das linguagens geográfica e histórica. Decorrências políticas do ensino de história e geografia. Processo histórico e compreensão crítica da Educação Ambiental. Práticas de ensino de na área das ciências humanas e sociais com crianças.

Bibliografia Básica:

ARCHELA, Rosely Sampaio (Org.); CALVENTE, Maria del Carmen M. H. (Org.). **Ensino de Geografia:** tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo. Londrina-PR: EDUEL, 2008.
HOBSBAWM, Eric. **Sobre história:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
MOLINA, Ana Heloísa et al (Orgs.). **Ensino de História e educação**: olhares em convergência. Ponta Grossa,PR: UEPG, 2012.
MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica:** implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os dez caminhos do meio ambiente**. 8. ed. Sao Paulo: Contexto, 2001.
PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; REZENDE, Estevão de (Orgs.). **Jörn Rüsen:** e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS HUMANAS II**

Ementa: Propostas pedagógicas e curriculares para o ensino de História e Geografia na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise e estudo dos conteúdos mínimos para os eixos da área: história local e do cotidiano, história das organizações populacionais, estudo da paisagem local, paisagens urbanas e do campo considerando suas características e relações. Estudos étnico-raciais. História e princípios da Permacultura , Agroecologia, Agricultura e Educação Ambiental).

Bibliografia Básica:

ARCHELA, Rosely Sampaio (Org.); CALVENTE, Maria del Carmen M. H. (Org.). **Ensino de Geografia:** tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo. Londrina-PR: EDUEL, 2008.
HOBSBAWM, Eric. **Sobre história:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
MOLINA, Ana Heloísa et al (Orgs.). **Ensino de História e educação**: olhares em convergência. Ponta Grossa,PR: UEPG, 2012.
MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.
BRASIL. Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96**, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica:** implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os dez caminhos do meio ambiente**. 8. ed. Sao Paulo: Contexto, 2001.
PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; REZENDE, Estevão de (Orgs.). **Jörn Rüsen:** e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS HUMANAS III**

Ementa: Dimensão práxis do ensino de História e Geografia no ensino infantil. Estudo e produção de materiais didáticos. Implicações curriculares e pedagógicas. Dimensão prática do ensino de História e Geografia na Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Movimentos Sociais, na pwrspectiva dos direitos humanos.

Bibliografia Básica:

ARCHELA, Rosely Sampaio (Org.); CALVENTE, Maria del Carmen M. H. (Org.). **Ensino de Geografia:** tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo. Londrina-PR: EDUEL, 2008.
HOBSBAWM, Eric. **Sobre história:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
MOLINA, Ana Heloísa et al (Orgs.). **Ensino de História e educação**: olhares em convergência. Ponta Grossa,PR: UEPG, 2012.
MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica:** implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os dez caminhos do meio ambiente**. 8. ed. Sao Paulo: Contexto, 2001.
PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; REZENDE, Estevão de (Orgs.). **Jörn Rüsen:** e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS HUMANAS IV**

Ementa: Análise e produção em metodologias nas diferentes especificidades. Planejamento interdisciplinar. Elaboração de planos de aula e de ensino na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise dos livros didáticos.
Bibliografia Básica: ARCHELA, Rosely Sampaio (Org.); CALVENTE, Maria del Carmen M. H. (Org.). **Ensino de Geografia:** tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo. Londrina-PR: EDUEL, 2008. HOBSBAWM, Eric. **Sobre história:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. MOLINA, Ana Heloísa et al (Orgs.). **Ensino de História e educação**: olhares em convergência. Ponta Grossa,PR: UEPG, 2012. MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Bibliografia Complementar: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica:** implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os dez caminhos do meio ambiente**. 8. ed. Sao Paulo: Contexto, 2001. PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; REZENDE, Estevão de (Orgs.). **Jörn Rüsen:** e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA CIÊNCIA DA NATUREZA I**
Ementa: Conhecimento e método científico. O Ensino de Ciências Naturais no Brasil. Alfabetização científica e Tecnológica. A função social e os objetivos do ensino de Ciências na Educação Básica.
Bibliografia Básica: BIZZO, N.. **Ciências:** fácil ou difícil? São Paulo: Editora Ática, 2002. CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez, 2005. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M.. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. **Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados.
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil:** conhecimento de mundo. 3 vol. Brasília: MEC,1998. ARCE, A.. **Ensinando Ciências na Educação Infantil.** Campinas: Alínea, 2011. BORGES, P. H.P. Sonhos e nomes: as crianças guarani. **Cadernos Cedes**, ano XXII, n. 56, abril/2002. CONTINI, A. Z.;CASTILHO. M.A; COSTA, B da. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2012. PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Ciências para Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA CIÊNCIA DA NATUREZA II**

Ementa: Propostas pedagógicas para o ensino de Ciências Naturais na Educação Infantil. Análise e discussões sobre os conhecimentos concernentes a Natureza e Sociedade na Educação Infantil. A ludicidade no ensino de Ciências. Educação Ambiental.
Bibliografia Básica: BIZZO, N.. **Ciências:** fácil ou difícil? São Paulo: Editora Ática, 2002. CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez, 2005. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M.. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. **Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados.
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil:** conhecimento de mundo. 3 vol. Brasília: MEC,1998. BRASIL. Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012. BRASIL. Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012. ARCE, A.. **Ensinando Ciências na Educação Infantil.** Campinas: Alínea, 2011. BORGES, P. H.P. Sonhos e nomes: as crianças guarani. **Cadernos Cedes**, ano XXII, n. 56, abril/2002. CONTINI, A. Z.;CASTILHO. M.A; COSTA, B da. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2012. PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Ciências para Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA CIÊNCIA DA NATUREZA III**
Ementa: Propostas pedagógicas e curriculares para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise e estudo dos conteúdos mínimos para os eixos da área: astronomia; a matéria e suas transformações; energia e suas conversões; seres vivos e ambiente; corpo humano e saúde, recursos tecnológicos.
Bibliografia Básica: BIZZO, N.. **Ciências:** fácil ou difícil? São Paulo: Editora Ática, 2002. CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez, 2005. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M.. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. **Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados.
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil:** conhecimento de mundo. 3 vol. Brasília: MEC,1998. ARCE, A.. **Ensinando Ciências na Educação Infantil.** Campinas: Alínea, 2011. BORGES, P. H.P. Sonhos e nomes: as crianças guarani. **Cadernos Cedes**, ano XXII, n. 56, abril/2002.

CONTINI, A. Z.;CASTILHO. M.A; COSTA, B da. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2012.
PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Ciências para Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA CIÊNCIA DA NATUREZA IV**

Ementa: Análise e produção em metodologias. Planejamento interdisciplinar. Experimentação no ensino de ciências e utilização de recursos tecnológicos. Elaboração de planos de aula e de ensino. Análise dos livros didáticos.

Bibliografia Básica:

BIZZO, N.. **Ciências:** fácil ou difícil? São Paulo: Editora Ática, 2002.
CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M.. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. **Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil:** conhecimento de mundo. 3 vol. Brasília: MEC,1998.
ARCE, A.. **Ensinando Ciências na Educação Infantil.** Campinas: Alínea, 2011.
BORGES, P. H.P. Sonhos e nomes: as crianças guarani. **Cadernos Cedes**, ano XXII, n. 56, abril/2002.
CONTINI, A. Z.;CASTILHO. M.A; COSTA, B da. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2012.
PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Ciências para Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA MATEMÁTICA I**

Ementa: História da Matemática. O ensino de Matemática no Brasil. Concepções pedagógicas e metodológicas para o ensino de Matemática. As propostas curriculares e pedagógicas para o ensino de Matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

BURAK, D.; PACHECO, E. R.; KLÜBER, T. E. **Educação Matemática:** reflexões e ações. Curitiba, PR: CRV, 2010.
FIORENTINI, D. **Alguns Modos de Ver e Conceber o Ensino de Matemática no Brasil**. **Zetetiké,** Campinas, ano 3, n. 4, p. 1-36, 1995.
D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática:** elo entre as tradições e modernidade. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
POLYA, G. **A arte de resolver problemas:** um novo aspecto do método matemático.

Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1986.
PONTE, J. P. da , BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações Matemáticas na sala de Aula**. 1 ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
SILVA, V. da S.; KLÜBER, T. E. Modelagem Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: reflexões e apologia aos seus usos. In ALENCAR, E. S. de; LAUTENSCHLAGER, E. **Modelagem Matemática nos anos iniciais**. São Paulo: Sucesso, 2014, p. 07-24.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA MATEMÁTICA II**

Ementa: A construção dos conceitos e linguagens matemáticas e suas representações a partir de diferentes perspectivas. As propostas pedagógicas para o ensino de Matemática na Educação Infantil. Atividades pré-numéricas, jogos e brincadeiras no ensino de Matemática.

Bibliografia Básica:

BURAK, D.; PACHECO, E. R.; KLÜBER, T. E. **Educação Matemática:** reflexões e ações. Curitiba, PR: CRV, 2010.
FIORENTINI, D. **Alguns Modos de Ver e Conceber o Ensino de Matemática no Brasil**. **Zetetiké,** Campinas, ano 3, n. 4, p. 1-36, 1995.
D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática:** elo entre as tradições e modernidade. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
POLYA, G. **A arte de resolver problemas:** um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1986.
PONTE, J. P. da , BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações Matemáticas na sala de Aula**. 1 ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
SILVA, V. da S.; KLÜBER, T. E. Modelagem Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: reflexões e apologia aos seus usos. In ALENCAR, E. S. de; LAUTENSCHLAGER, E. **Modelagem Matemática nos anos iniciais**. São Paulo: Sucesso, 2014, p. 07-24.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA MATEMÁTICA III**

Ementa: As propostas curriculares para o ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise dos conteúdos mínimos para os eixos da área: números e operações, espaço e forma, grandezas e medidas, tratamento da informação.

Bibliografia Básica:

BURAK, D.; PACHECO, E. R.; KLÜBER, T. E. **Educação Matemática:** reflexões e ações. Curitiba, PR: CRV, 2010.
FIORENTINI, D. **Alguns Modos de Ver e Conceber o Ensino de Matemática no Brasil**. **Zetetiké,** Campinas, ano 3, n. 4, p. 1-36, 1995.
D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática:** elo entre as tradições e modernidade. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece

as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
POLYA, G. **A arte de resolver problemas:** um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1986.
PONTE, J. P. da , BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações Matemáticas na sala de Aula**. 1 ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
SILVA, V. da S.; KLÜBER, T. E. Modelagem Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: reflexões e apologia aos seus usos. In ALENCAR, E. S. de; LAUTENSCHLAGER, E. **Modelagem Matemática nos anos iniciais**. São Paulo: Sucesso, 2014, p. 07-24.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA DA MATEMÁTICA IV**

Ementa: Análise e produção em metodologias. Planejamento interdisciplinar. Construção e utilização de laboratório de matemática e recursos tecnológicos. Elaboração de planos de aula e de ensino. Análise dos livros didáticos.

Bibliografia Básica:

BURAK, D.; PACHECO, E. R.; KLÜBER, T. E. **Educação Matemática:** reflexões e ações. Curitiba, PR: CRV, 2010.
FIORENTINI, D. **Alguns Modos de Ver e Conceber o Ensino de Matemática no Brasil**. **Zetetiké,** Campinas, ano 3, n. 4, p. 1-36, 1995.
D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática:** elo entre as tradições e modernidade. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
POLYA, G. **A arte de resolver problemas:** um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1986.
PONTE, J. P. da , BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações Matemáticas na sala de Aula**. 1 ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
SILVA, V. da S.; KLÜBER, T. E. Modelagem Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: reflexões e apologia aos seus usos. In ALENCAR, E. S. de; LAUTENSCHLAGER, E. **Modelagem Matemática nos anos iniciais**. São Paulo: Sucesso, 2014, p. 07-24.

NOME DA DISCIPLINA: **LITERATURA INFANTIL**

Ementa: Identificação das diferentes concepções de leitura (conceito e prática) no trabalho com literatura infantil. Literatura Infantil no Brasil. Reflexão acerca do ensino de literatura infantil nas escolas do campo. Análise de obras de literatura infantil e seus diferentes sujeitos, indígenas, afrodescendentes, camponeses e de gênero. e desenvolvimento de metodologias de trabalho. Identificação das diferentes concepções de leitura (conceito e prática) no trabalho com literatura infantil.

Bibliografia Básica:

JEKUPÊ, Olívio. **Literatura Escrita Pelos Povos Indígenas.** São Paulo: Scortecci Editora, 2009.
LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias.** Série Fundamentos. Ática: São Paulo: 1984.
MUNDURUKU, **O Banquete dos Deuses**. **Conversas sobre a Origem e a Cultura**

Brasileira.
THIÉL, Janice Cristine. **Pele silenciosa, pele sonora: Literatura indígena em destaque.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. Coleção Práticas Docentes.

Bibliografia Complementar:

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2013.
ALEXIE, S. **O diário absolutamente verdadeiro de um índio de meio expediente**. Ilustrações de Ellen Forney. Tradução de Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Galera Record, 2007.
EASTMAN, Charles e EASTMAN, Elaine Goodale (seleção). **O talismã da boa sorte e outras lendas dos índios Sioux**. Trad. Antonio Dorival. São Paulo: Landy, 2003.
GUARÁ, Roni Wasiry, **A Árvore da Vida,** Ilustrações Carla Irusta; 2014. 1. Ed. São Paulo.
KATY, Sulamy, **Nós somos só Filhos!,** Ilustrações Maurício Negro. Rio de Janeiro: Zit, 2011.
MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas de São Paulo:** um olhar indígena**.** 2.Ed. Reimp. Ilustrações Camila Mesquita. 2.Ed. São Paulo: Callis ed. 2010.
_____. **Contos indígenas brasileiros.** Ilustrações de Rogério Borges, 2. Ed. São Paulo: Global, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I**

Ementa: A Psicologia como ciência. A história da ciência psicológica. Psicologia científica x psicologia do senso comum. O diálogo entre Psicologia e Educação. As diferentes visões da Psicologia sobre a aprendizagem humana: o Behaviorismo, a Gestalt, a Psicanálise, a Fenomenologia e outras abordagens.

Bibliografia Básica:

BOCK, A. M. B. *et al*. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.
COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação:** Psicologia da Educação Escolar. (2ª Ed.). Porto Alegre: Artmed, 2004.
LA ROSA, Jorge. **Psicologia e educação**. O significado do aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRENNER, Charles. **Noções básicas de psicanálise**. Introdução à psicologia psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago, 1987. 315 p.
MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento.** Porto Alegre: Artmed, 2008. 224p. (Disponível em pdf para Download em http://www.movimentojovemcar.com/p/psicologia-livros-para-leitura-e.html)
GUZZO, R. S. L.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. (Orgs). Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras. Campinas, Alínea.
SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da psicologia moderna**. Tradução: Marilia de Moura Zanella, Suely Sonoe Murai Cuccio. 10ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 418 p.
TODOROV, João Claudio (Org.). **A Psicologia com Estudo de Interações.** Brasília: Instituto Walden4, 2012. (Disponível em pdf para Download em: http://www.walden4.com.br/download/livrosw4/iw4_todorov_2012_1ed.pdf).

NOME DA DISCIPLINA: **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II**

Ementa: Conceitos centrais da Epistemologia Genética de Jean Piaget. Os estágios de desenvolvimento e aprendizagem segundo Piaget. Contribuições de Piaget para a educação. Conceitos centrais da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. A construção social da aprendizagem e desenvolvimento humanos. Contribuições de Vygotsky para a educação. A visão de autores contemporâneos sobre Piaget e Vygotsky.
Bibliografia Básica: SHAFFER, D. R.; KIPP, K. Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência. São Paulo: Cengage learning. VYGOTSKY, L.S; A formação social da mente. M. Fontes, São Paulo, 1999. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo, M. Fontes, 1999.
Bibliografia Complementar: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Volume 1. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed. LA TAILLE, Y. de. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2004. PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia. 24 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. VYGOTSKY, L.S; LURIA, A. R; LEONTIEV A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 11 ed. São Paulo: Ícone Editora, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**
Ementa: Conceituação de Educação Especial e Inclusiva. Histórico do atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais. Legislação atual da Educação Especial e Inclusiva. O conceito de deficiência como fenômeno social. Fundamentos e métodos para o trabalho junto à pessoa com deficiência: surdez, cegueira, deficiência intelectual, deficiência motora, deficiência múltipla. Os transtornos globais do desenvolvimento. Dislexia, Dislalia, Discalculia. Altas Habilidades/ Superdotação. A inclusão no contexto da diversidade cultural, étnica e social.
Bibliografia Básica: BARBY, A. Ap. de O. M. **Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino:** o pensar dos futuros professores. .. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005. BOSA, C. **Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo.** Porto Alegre: Revista Psicologia Reflexão e Crítica, 2002, p. 77-88. CZERMAINSKI, F. R.; BOSA, C. A.; SALLES, J. F. **Funções executivas em crianças e adolescentes com transtorno do espectro do autismo:** uma revisão. Porto Alegre, PUCRS: **Revista Psico**, 2013, out-dez, p. 518-525. GOMES, C.; BARBOSA, **A. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental.** In: Revista Brasileira de Educação Especial. v. 22, n. 1, Marília, 2006, p. 85-100. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n1/31986.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.
Bibliografia Complementar: FERREIRA, J. R.; BUENO, J. G. S.. **Os 20 anos do GT Educação Especial: gênese, trajetória e consolidação**. In: Revista Brasileira de Educação Especial/Universidade Estadual Paulista. Marília: edição especial, v. 17, p. 143-169, ABPEE, 2011. FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M.. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. FREITAS, S. N.. **Considerações acerca da produção de artigos científicos em**

educação especial: uma análise da revista de educação especial CE/UFSM. São Paulo: Junqueira&Marin, 2008.
RODRIGUES, D.. **Dez ideias (mal)feitas sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.
SÁS, R. M.. **Efeitos de um programa de remediação fonológica nas habilidades de leitura e escrita em alunos com síndrome de Down**. São Carlos: 2009. Dissertação de Mestrado.
SKLIAR, C. (org). **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2000.

NOME DA DISCIPLINA: **CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA**

Ementa: A construção sócio-histórica e cultural dos conceitos de infância e criança. História da criança no Brasil: história do atendimento à infância brasileira e a construção histórica da educação infantil no Brasil. Processos de socialização na sociedade atual. Criança, cidadania, trabalho, brincadeira e produção cultural e o ECA.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2a. ed.. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos Editora, 1981.
BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2003.
BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente, lei nº8.069,** de 13 de julho de 1990. Presidência da República.
FREITAS, M. C. de (org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. 51
GONDRA, J.G. (org.). **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
KUHLMANN. J. M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
_____. Lei n.º 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, l990.
_____.Ministério da Educação e do Desporto. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os Direitos Fundamentais das crianças**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
_____.Ministério da Educação e do Desporto. **Política de Educação Infantil** - Proposta. Brasília: Secretaria de **Educação Fundamental, 1993.**
_____.Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
_____. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014.
_____.**Política de Cuidado e Educação da 1ª Infância no Brasil**. MEC/2006
FREITAS, M. C. de (org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. 51
GAGNEBIN, J. M. **Infância e pensamento**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.
GARCIA, R.L.; FILHO, A.L.(orgs). **Em Defesa da Educação Infantil**. Rio de Janeiro, 2001.
HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN. J. M. **Educando a Infância Brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SILVA, Araci Lopes da; MACEDO, Ana V. L. da S.; NUNES, Ângela (Orgs.). **Crianças Indígenas:** ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: **NOÇÕES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**

Ementa: Retrospectiva histórica sobre os surdos, sua cultura, sua identidade, conquistas legais em âmbito internacional e nacional e a legitimação de Libras como língua oficial dos surdos no Brasil. O ensino de Libras em contexto. Noção básica de aspectos linguísticos de Libras.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei 10.436/24/abril/2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: ttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 04/abr/2018.
_____. **Decreto 5.626 de 22/dez/2005**. Que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 04/abr/2018.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **Libras em Contexto:** curso básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretária de Educação Especial, 2001.
QUADROS, R. M. **Educação de Surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médica, 1997.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais**. v. I e II. 2 ed. São Paulo: Editora USP, 2001.
GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda:** Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.
KLIAR, Carlos. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças**.** Estudos surdos em educação - problematizando a normalidade. Porto Alegre: Mediação, 1998.
_____, Carlos. **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos.** 2 ed. Ed. Mediação, Porto Alegre - 1999.
_____, Carlos. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para os surdos. In: Educação especial. **Múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
PERLIN, Glades T.T. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, Carlos. A surdez: Um Olhar Sobre as Diferenças. Porto Alegre: 3. ed. Mediação, 2005.
STROBEL, Karen. **Falando com as mãos.** Curitiba : SEED/DEE,1998.

NOME DA DISCIPLINA: **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO**

Ementa: Abordagem histórica da educação e da pedagogia desde a Antiguidade. As condições materiais de vida e seus desdobramentos nas configurações e movimentos da História.

Bibliografia Básica:

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2002.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2006.
GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 13. ed. Sao Paulo: Nacional, 1981.
MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo, Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
BETHELL, Leslie (Org.). **América Latina colonial**. São Paulo: EdUSP, 1999.
BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
LUZURIAGA Y MEDINA, Lorenzo. **História da educação pública.** São Paulo: Nacional, 1959.
CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Ementa: A educação e as relações de poder nos contextos colonial, imperial e republicano do Brasil considerando-se a história afro-brasileira e indígena. Educação, democracia, ativismo e resistência.

Bibliografia Básica:

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.
FÁVERO, O. **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988.** Campinas, 1996.
GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro.** São Paulo: Ática, 1990.
GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar:

GHIRALDELLI JR, P. **História da educação.** 2.ed São Paulo: Cortez, 1994.
HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.
SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Editora Autores associados, 2007.STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H.

NOME DA DISCIPLINA: **FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO**

Ementa: Perspectivas, tendências e confrontos na evolução do pensamento pedagógico universal. Concepções de homem, mundo e sociedade: essencialismo, materialismo e dialética.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.
FULLAT, O. Filosofias da educação. Petrópolis: Vozes, 1994.
JAERGER, W. W. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
LOWY, M. Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Bibliografia Complementar:

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associados, 1993.
PAVIANI, Jayne. **Platão e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
LE GOFF, J. **O Deus da Idade Média:** conversas com Jean-Luc Pouthier. Rio de

Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Ementa: Perspectivas, tendências e confrontos na evolução do pensamento pedagógico brasileiro. Concepções de homem, mundo e sociedade: espiritualismo, pragmatismo, personalismo, Materialismo histórico.

Bibliografia Básica:

FULLAT, O. **Filosofias da educação***.* Petrópolis: Vozes, 1994.
JAERGER, W. W. **A formação do homem grego***.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.
SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes***.* Lisboa: Moraes, 1981.
SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

Bibliografia Complementar:

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associados, 1993.
PAVIANI, Jayne. **Platão e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
LE GOFF, J. **O Deus da Idade Média:** conversas com Jean-Luc Pouthier. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I**

Ementa: Correntes da Sociologia e suas perspectivas educacionais. Compreensão e crítica dos problemas sociais e educacionais por meio da análise sociológica.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
FORACCHI. M.M.; MARTINS, J.S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.
ROSSI, W.G. **Pedagogia do trabalho**. Raízes da educação socialista. São Paulo, Moraes, 1981.
SOUZA, J. V. A. de. **Introdução à sociologia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Bibliografia Complementar:

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
COSTA, CRISTINA. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997.
MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.
PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

QUINTANERO, T.; BARBOSA, M.L.O.; OLIVEIRA, M.G.M. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II**

Ementa: A educação no quadro social brasileiro. O papel da educação na transformação e na reprodução das relações sociais. Questões de classe, de gênero e étnico-raciais na sociedade brasileira e seus reflexos na educação.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96**, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.
DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
FORACCHI. M.M.; MARTINS, J.S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.
ROSSI, W.G. **Pedagogia do trabalho**. Raízes da educação socialista. São Paulo, Moraes, 1981.
SOUZA, J. V. A. de. **Introdução à sociologia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Bibliografia Complementar:

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
COSTA, CRISTINA. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997.
MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.
PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
QUINTANERO, T.; BARBOSA, M.L.O.; OLIVEIRA, M.G.M. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: **DIDÁTICA E EPISTEMOLOGIA**

Ementa: Os fundamentos da Didática e o quadro das tendências pedagógicas no Brasil. Planejamento e planos nos diferentes níveis e modalidades.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera. **Rumo a uma nova Didática**. Petrópolis: Vozes, 1993.
FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas: Papirus, 1995.
MELLO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra. Terezinha. **Fundamentos de didática.** Curitiba: Ibpex, 2008.
SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2006.
VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertard, 2012.

Bibliografia Complementar:

COMENIUS, Jean Amós. **Didatica Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
DUARTE, Newton. Por que é necessáriouma análise crítica marxista do construtivismo? In:
FREITAS, Luis Carlos de. A avaliação para além da “forma escola”. **Revista Educação:** teoria e prática. Rio Claro, São Paulo. V 20, n 35, 2010.
SAVIANI, Dermeval..**Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2005.
VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação. São Paulo: Libertard, 1993.
WACHOWICZ, Lílian Anna. **O método dialético da didática**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995.

NOME DA DISCIPLINA: **PESQUISA EM EDUCACAO I**

Ementa: Introdução à metodologia científica. Fundamentos teórico-metodológicos das abordagens de pesquisa educacional: positivismo, fenomenologia e marxismo. Pesquisa Científica e pesquisa escolar. Uso da biblioteca escolar e laboratórios de informática. Leitura e produção escrita do texto científico (resumos, resumo expandido, resenhas, artigos, fichamentos).

Bibliografia Básica:

ARROYO, M. **A Escola do Campo e a pesquisa do campo**: metas. In: Molina, M. C. (org). **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão.Brasília: MDA. 2006.
LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 29 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Bibliografia Complementar:

BICUDO, M. A. V. (org). **Pesquisa qualitativa:** segundo a visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 2011.
BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.
DAMASCENO, M. N.; BESERRA. B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**. V. 30 n. 1 São Paulo jan./abr. 2004.
SOUZA, M. A. de. A Educação do campo na Investigação Educacional: quais conhecimentos estão em construção? In: **Educação do Campo:** reflexões e perspectivas. MUNARIM, A. *et al* (orgs). Florianópolis: Insular, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **PESQUISA EM EDUCACAO II**

Ementa: Elaboração do Projeto de Pesquisa. Produção dos instrumentos de pesquisa, realização de estudos exploratórios e o exercício da análise e produção de dados.

Bibliografia Básica:

UNICENTRO. **RESOLUÇÃO Nº 081/2018-CONSET/SEHLA/G/UNICENTRO**, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018. Aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Pedagogia: Docência e Gestão Educacional, do Campus Santa Cruz, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e dá outras providências.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.**. São Paulo: Atlas, 1991.
LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo:

EPU, 1986. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 29 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
Bibliografia Complementar: BICUDO, M. A. V. (org). **Pesquisa qualitativa:** segundo a visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 2011. BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. DAMASCENO, M. N.; BESERRA. B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**. V. 30 n. 1 São Paulo jan./abr. 2004. SOUZA, M. A. de. A Educação do campo na Investigação Educacional: quais conhecimentos estão em construção? In: **Educação do Campo:** reflexões e perspectivas. MUNARIM, A. *et al* (orgs). Florianópolis: Insular, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **PESQUISA EM EDUCACAO III**
Ementa: Produção do artigo científico. Organização e sistematização do trabalho científico de acordo com as normas da ABNT e o regulamento interno.
Bibliografia Básica: FAZENDA, I. C. **A**. **A pesquisa em educação e as transformações do** LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 29 ed. São Paulo: Cortez, 1995. UNICENTRO. **RESOLUÇÃO Nº 081/2018-CONSET/SEHLA/G/UNICENTRO**, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018. Aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Pedagogia: Docência e Gestão Educacional, do Campus Santa Cruz, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e dá outras providências.
Bibliografia Complementar: BICUDO, M. A. V. (org). **Pesquisa qualitativa:** segundo a visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 2011. BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. DAMASCENO, M. N.; BESERRA. B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**. V. 30 n. 1 São Paulo jan./abr. 2004. SOUZA, M. A. de. A Educação do campo na Investigação Educacional: quais conhecimentos estão em construção? In: **Educação do Campo:** reflexões e perspectivas. MUNARIM, A. *et al* (orgs). Florianópolis: Insular, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **INTRODUÇAO À PEDAGOGIA**
Ementa: Estudo sobre a natureza epistemológica da Pedagogia. Análise do histórico e da organização do curso de Pedagogia. Exame das diretrizes curriculares do curso de Pedagogia. Organização do Trabalho Pedagógico nos níveis e modalidades da Educação Básica. Formação do Pedagogo e suas possibilidades de atuação profissional.
Bibliografia Básica:

AGUIAR, Márcia Angela da S. et al. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação e Sociedade,** Campinas: v. 27, n. 96 - Especial p. 819-842, out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 11 abr. 2012.
BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 30 maio 2013.
BRZEZINSKI, Iria et al. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação profissional da educação. **Educação e Sociedade,** Campinas. v. 27, n. 96, 2006.

Bibliografia Complementar:

GATTI, Bernadete. Formação de professores e problemas atuais. **Revista Brasileira de Formação de Professores.** v. 1, n. 1, p. 90-102, Maio/2009.
DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios**. Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun. 2015
KÜENZER, Acácia Zeneida; RODRIGUES, Marli. **As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia:** uma expressão da epistemologia da prática, XIII ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino em Recife). Recife, 2006.
SCHVARZ. Lilian Hermes Cordeiro. **A ação do pedagogo na escola nos limites da cotidianidade**. Curitiba: Interesaberes, 2016.
BRZEZINSKI, Iria et al. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação profissional da educação. **Educação e Sociedade,** Campinas. v. 27, n. 96, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: **INTRODUÇAO À EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ESCOLA DO CAMPO**

Ementa: Introdução a Educação do Campo e a Escola do Campo. Relações entre educação, educação rural e a educação do campo. Marco legal da Educação do campo no Brasil. Análise dos contextos e projetos de escola do campo, seu Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e instâncias colegiadas.

Bibliografia Básica:

ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. **Escola de direitos**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Caminhos da educação do campo; 2).
CALDART, Roseli (Org.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
LEITE, S. C. **Escola Rural***:* urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.
_____. Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo." IN: JESUS, S. M. S. A. de; MOLINA, M. C. (orgs.) **Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo:** Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2004, p. 13 – 52. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5.
_____Sobre Educação do Campo. In: FERNANDES, Bernardo Mançano [et al]; SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Por uma Educação do Campo***:* campo – políticas

públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA. 2008.
_____ Pilares Fundantes de Uma Nova Forma Escolar. In: **Cadernos de Estudos – V SEMINÁRIO NACIONAL DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.** Laranjeiras do Sul, 2015.
CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante**: na fronteira de uma nova escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
FREITAS, Luis Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação**: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESCOLAS DO CAMPO I**

Ementa: Reconhecimento da escola do campo, diagnóstico da realidade. Análise dos contextos e projetos de escola do campo, seu Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e instâncias colegiadas.

Bibliografia Básica:

GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Estágio: práticas pedagógicas em escolas do campo.** Guarapuava: Unicentro, 2016.
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
UNICENTRO, **Resolução nº 055/2008** CEPE/UNICENTRO de 28 de maio de 2008. Regulamento de Estágio Supervisionado dos cursos da Unicentro.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, M. A Escola do Campo e a pesquisa do campo: metas. In: Molina, M. C. (org). **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão.Brasília: MDA. 2006.
ARROYO, M. Políticas de Formação de Educadores(as) do Campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157 0 176, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf
ZABALZA, M. A. **O Estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária.** São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção Docência em Formação: saberes pedagógicos/coord. Selma Garrido Pimenta).
GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Práticas de iniciação à docência:** relações entre a licenciatura em educação do campo e a escola do campo. Guarapuava: Unicentro, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESCOLAS DO CAMPO II**

Ementa: Análise de propostas curriculares da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Analise de Projetos e Programas desenvolvidos na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em contexto da Escola do Campo.

Bibliografia Básica:

GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Estágio: práticas pedagógicas em escolas do campo.** Guarapuava: Unicentro, 2016.
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
UNICENTRO, **Resolução nº 055/2008** CEPE/UNICENTRO de 28 de maio de 2008. Regulamento de Estágio Supervisionado dos cursos da Unicentro.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, M. A Escola do Campo e a pesquisa do campo: metas. In: Molina, M. C. (org). **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão.Brasília: MDA. 2006.
ARROYO, M. Políticas de Formação de Educadores(as) do Campo. **Cad. Cedes**,

Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157 0 176, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf
ZABALZA, M. A. **O Estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária.** São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção Docência em Formação: saberes pedagógicos/coord. Selma Garrido Pimenta).
GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; VOLUPCA. T. C.; MORAES, V. M. (orgs). **Práticas de iniciação à docência:** relações entre a licenciatura em educação do campo e a escola do campo. Guarapuava: Unicentro, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL I**

Ementa: Reconhecimento do trabalho docente nas instituições de educação infantil, diagnóstico da realidade. Acompanhamento e participação das atividades docentes. Concepções e práticas de planejamento e avaliação na Educação Infantil. Docência na educação infantil. Seminário de avaliação.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, Ângela Scalabrin. DAY, Giseli. WIGGERS, Verena. **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil:** diálogos possíveis a partir da formação profissional**.** São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.
OSTETTO, L. E. Planejamento na Educação Infantil: mais que atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, L. E. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas, Papirus, 2000.
SCMITT, A.; BERNER, F.F.C.; RAUSCH, R.B. Registro do planejamento na Educação Infantil. **UNIrevista**, v. 1, n. 2, p. 10 -16, 2006.
UNICENTRO, **Resolução nº 055/2008** CEPE/UNICENTRO de 28 de maio de 2008. Regulamento de Estágio Supervisionado dos cursos da Unicentro.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2004.
OSTETTO, L. E. (Org.). **Educação infantil:** saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2008.
GHEDIN, Evandro. OLIVEIRA, Elisangela S. de. ALMEIDA, WHASGTHON A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2008.
SEREDIUK, E. F.; SOUZA, A.A.B.de. **A pedagogia de projetos como possibilidade de trabalho**: um relato de experiência de professoras de educação infantil. **Anuário da Produção Acadêmica Docente.** V. 12, n. 2, 2008.
SILVA. K. O; LIRA, A. C. **Estágio supervisionado na educação infantil do Curso de Pedagogia da UNICENTRO**: desafios, expectativas e contribuições para a formação de professores. Guarapuava, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL II**

Ementa: Acompanhamento e participação das atividades docentes. Concepções e práticas de planejamento e avaliação na Educação Infantil. Docência na educação infantil. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, Ângela Scalabrin. DAY, Giseli. WIGGERS, Verena. **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil:** diálogos possíveis a partir da formação profissional**.** São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.
OSTETTO, L. E. Planejamento na Educação Infantil: mais que atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, L. E. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas, Papirus, 2000.
SCMITT, A.; BERNER, F.F.C.; RAUSCH, R.B. Registro do planejamento na Educação Infantil. **UNIrevista**, v. 1, n. 2, p. 10 -16, 2006.
UNICENTRO, **Resolução nº 055/2008** CEPE/UNICENTRO de 28 de maio de 2008. Regulamento de Estágio Supervisionado dos cursos da Unicentro.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2004.
OSTETTO, L. E. (Org.). **Educação infantil:** saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2008.
GHEDIN, Evandro. OLIVEIRA, Elisangela S. de. ALMEIDA, WHASGTHON A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2008.
SEREDIUK, E. F.; SOUZA, A.A.B.de. **A pedagogia de projetos como possibilidade de trabalho**: um relato de experiência de professoras de educação infantil. **Anuário da Produção Acadêmica Docente.** V. 12, n. 2, 2008.
SILVA. K. O; LIRA, A. C. **Estágio supervisionado na educação infantil do Curso de Pedagogia da UNICENTRO**: desafios, expectativas e contribuições para a formação de professores. Guarapuava, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Ementa: Acompanhamento e participação das atividades docentes. Concepções e práticas de planejamento e avaliação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente.

Bibliografia Básica:

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações pedagógicas para os anos iniciais. Curitiba, 2010.
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 20
VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.
UNICENTRO, **Resolução nº 055/2008** CEPE/UNICENTRO de 28 de maio de 2008. Regulamento de Estágio Supervisionado dos cursos da Unicentro.

Bibliografia Complementar:

NADAL, B. G. (org). **Práticas pedagógicas nos anos iniciais**: concepções e ações. Ponta Grossa: UEPG, 2007.
RAYS, O. A. **Leituras para repensar a prática educativa**. Porto Alegre: Sagra, 1990.
SHOES, E. **Manual do Portfólio**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.
BRASIL. **Resolução n. 7 de 14 de dezembro de 2010**. Fixa as Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: MEC, 2010.
BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

NOME DA DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Ementa: Acompanhamento e participação das atividades docentes. Concepções e práticas de planejamento e avaliação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente.

Bibliografia Básica:

NADAL, B. G. (org). **Práticas pedagógicas nos anos iniciais**: concepções e ações. Ponta Grossa: UEPG, 2007.
RAYS, O. A. **Leituras para repensar a prática educativa**. Porto Alegre: Sagra, 1990.
SHOES, E. **Manual do Portfólio**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.
BRASIL. **Resolução n. 7 de 14 de dezembro de 2010**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: MEC, 2010.
BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF. 1998.
UNICENTRO, **Resolução nº 055/2008** CEPE/UNICENTRO de 28 de maio de 2008. Regulamento de Estágio Supervisionado dos cursos da Unicentro.

Bibliografia Complementar:

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações pedagógicas para os anos iniciais. Curitiba, 2010.
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 20
VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: **ANÁLISE E PRODUÇAO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ESCOLAS DO CAMPO I**

Ementa: História e fundamento dos manuais didáticos. O manual didático como fonte do conhecimento didático-escolar. Análise de manuais didáticos públicos e privados para escola do campo. Produção de manuais didáticos para escola do campo.

Bibliografia Básica:

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa,** v. 30, n. 3, p. 549 – 566, 2004. Disponível em: . Acesso em: 15 abr 2015.
FREITAG, B.; COSTA, W. F. da; MOTTA, V. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
BUFREM, L.; SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. B. Os manuais destinados a professores como fontes para a história das formas de ensinar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p.120-130, 2006.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
GEHRKE, Marcos. **Contribuições da *práxis* para a constituição da biblioteca escolar do trabalho a partir da Educação do Campo**. Tese (Doutorado em

Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão**: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Dossiê MST Escola**: documentos e estudos 1990-2001. Caderno de educação, Veranópolis, v. 13, 2.

NOME DA DISCIPLINA: **ANÁLISE E PRODUÇAO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ESCOLAS DO CAMPO II**

Ementa: Politicas públicas do livro e da leitura no Brasil. Produção de manuais didáticos para escola do campo.

Bibliografia Básica:

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa,** v. 30, n. 3, p. 549 – 566, 2004. Disponível em: . Acesso em: 15 abr 2015.
FREITAG, B.; COSTA, W. F. da; MOTTA, V. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
BUFREM, L.; SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. B. Os manuais destinados a professores como fontes para a história das formas de ensinar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p.120-130, 2006.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 8. ed. São
Paulo: Cortez, 1984.
GEHRKE, Marcos. **Contribuições da *práxis* para a constituição da biblioteca escolar do**
trabalho a partir da Educação do Campo. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade
Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão**: do espaço do castigo ao centro
do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Dossiê MST Escola**: documentos e estudos 1990-2001. Caderno de educação, Veranópolis, v. 13, 2.

NOME DA DISCIPLINA: **EDUCAÇÃO DO CAMPO, CULTURA CAMPONESA E AGROECOLOGIA**

Ementa: Educação do Campo, Educação Ambiental e sua relação com a agroecologia. Processos educativos na perspectiva da cultura camponesa, inclusive para organização de práticas agroecológicas. Manifestações culturais no campo brasileiro.

Bibliografia Básica:

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaiba: Agropecuária, 2002.
CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, JUNICO. **Sistemas de produção**: conceitos e práticas para projeto e

gestão da produção enxuta. Porto Alegre: Bookman, 2008.
BURG, I. C.; MAYER, P. H. **Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2009.
BRASIL. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades sustentáveis.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.
BRASIL. Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.
BRASIL. Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.
VALERI, SERGIO VALIENZO. **Manejo e recuperação florestal:** legislação, uso da água e sistemas. Jaboticabal: FUNEP, 2004.

NOME DA DISCIPLINA: **CAPITALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Ementa: Gênese e expansão do capitalismo no Brasil e as implicações decorrentes para a sociedade, particularmente para o desenvolvimento agrário. Luta e resistência popular no campo: luta pela terra e pela reforma agrária. Articular ao surgimento das lutas camponesas o surgimento dos movimentos sociais camponeses em suas diferentes abordagens.

Bibliografia Básica:

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
OIKAWA, Marcelo. **Porecatu.** A guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil.** 11 ed. São Paulo: Atual, 2011.

Bibliografia Complementar:

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil – 1950 – 2003. In: JACCOUD, Luciana Org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília : IPEA, 2005.
DOIMO, Ana Maria. “Movimento social: a crise de um conceito”. In: ___. **A vez e a voz do popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995, pp. 37-50.
GERMER, Claus. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: João Pedro Stédile (org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre, UFRGS, 2002.
GERMER, Clauss. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a Reforma Agrária. IN: STÉDILE, João Pedro (coord). **A questão agrária na década de 90.** Porto Alegre, UFRGS, 2004.
IBASE. **Conflitos no campo:** maior índice dos últimos 20 anos. Disponível em HTTP://www.base.br/modules.php?name=Conteudo&pid=141 Acesso em 10/05/2010.
IBGE. **Censo Agropecuário de 2006.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm. Acesso em 01 de agosto de 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Ementa: Compreender a emergência e trajetória da concepção de educação popular, sua proposta político pedagógica, diversidade e métodos. Compreender a educação do campo e sua relação com a educação popular, com as lutas do campo e com a configuração de movimentos sociais populares do campo.

Bibliografia Básica:
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
CALDART, R. S. *et al*. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
PALUDO. C. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Bibliografia Complementar:
BRASIL. **Lei nº 10.741. de 1 de outubro de 2003**. Dispõem sobre o Estatuto do Idoso. Presidência da República.
CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção.In: **Por uma educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.
CALDART, R.S; PALUDO, C.; DOLL, J. **Como se formam os sujeitos da educação do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.
BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: [s.n.], 1999. (Coleção Por uma educação do campo, v. 3).
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Carta de Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo**. Brasília. 2010.
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC)**. Nota técnica sobre o programa escola ativa: Uma análise crítica.** Brasília, 2012.
FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
KOLLING, E. J; CERIOLI, P. R.; NÈRY, Irmão (Org.). **Por uma educação do campo.** Brasília, 1999. (Coleção "Por uma educação do campo", v. 1).
KOLLING. E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). E**ducação do Campo: Identidade e políticas públicas.** Brasília: Articulação Nacional, 2004. (Coleção "Por uma educação do campo", v. 4).
MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo.** Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, Brasília: [s.n], 2004.
MUNARIN, A. (Et al.). **Educação do campo**: políticas públicas, territorialidade e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

5.5. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Atividades Acadêmicas Complementares – AAC

200 horas destinadas a outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais devendo ser cumpridas no decorrer do curso, na forma de semana pedagógicas, cursos e projetos de extensão na área de educação, mini cursos, em palestras como ouvinte e/ou como palestrante, congressos e seminários, publicação, projeto de responsabilidade social envolvendo portadores de necessidades educacionais

especiais, os sujeitos do campo e seus movimentos sociais, participação na organização de eventos, monitoria, bolsista de pesquisa e/ou extensão e/ou atividades similares mediante comprovação documental na caracterização do curso anteriormente explicitado, em que se busca a formação da identidade que se deseja desenvolver no licenciado. A documentação referente a estas atividades, para fins de certificação, serão de responsabilidade do(a) acadêmico(a) que deverá apresentá-la ao final do curso de acordo com edital próprio.

Atividades de Extensão - Curricularização da Extensão
Não há

Mobilidade Acadêmica
A mobilidade acadêmica é uma política proporcionadora de oportunidade formativa. Programas de mobilidade acadêmica oportunizam aos estudantes o conhecimento de outras realidades acadêmicas e práticas em suas respectivas áreas de estudos, tanto no âmbito nacional quanto no exterior.
O curso de Licenciatura em Pedagogia da UNICENTRO estimulará a mobilidade acadêmica por meio de intercâmbios, estágios discentes incoming eoutgoing, garantidos os requisitos legais e institucionais e assegurados os objetivos de desenvolvimento e aprimoramento de alunos e da instituição; ampliação quantitativa e qualitativa da produção acadêmica científica, tecnológica e cultural; estabelecimento de canais de cooperação inter-institucional nacionais e internacionais.

Inserção Acadêmica (PET, PIBID, IC, monitorias, entre outros programas)

O curso se insere nos esforços de desenvolvimento da pesquisa na UNICENTRO, por meio de seus professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, e, também, pela participação na Iniciação Científica, com ofertas anuais de bolsas de estudos de diferentes agências de fomento federais (CAPES e CNPq) e estadual (Fundação Araucária).
O curso oferecerá sistematicamente monitorias nas diversas disciplinas, promovendo a possibilidade de que acadêmicos desenvolvam a sua capacidade de aprender e ensinar, bem como a possibilidade de que desenvolvam com isso a pesquisa e auxiliando sua permanência no curso.

5.6. ENSINO A DISTÂNCIA

Operacionalização
O recurso do ensino a distância no curso de Pedagogia ainda não está institucionalizado como meio disponível para todo o curso. Algumas disciplinas utilizam este recurso, conforme plano de ensino, como o caso da disciplina de Educação e Tecnologias (68h/a).
Para as demais disciplinas, este recurso poderá ser utilizado em anos letivos em que se faça necessário repor quantidades razoáveis de aula, devido a percalços de várias naturezas.

Metodologia
As aulas serão organizadas no meio virtual em conformidade com o Plano de Ensino de cada disciplina.

Ferramentas O recurso fundamental é o Moodle, já amplamente utilizado na UNICENTRO.

5.7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Descrição As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) desempenham papel fundamental no processo ensino-aprendizagem no contexto da formação e da atuação de professores. O uso das TICs por professore compreendem múltiplas funções das tecnologias, destacando-se como básicas o seu emprego como recurso didático em salas de aula, em laboratórios escolares ou em outros espaços educativos em que são manipulados por alunos; o suporte a professores como meio de pesquisa e de organização do trabalho pedagógico, além de interações on-line com grupos de profissionais e pesquisadores da área educacional; a organização de documentos, arquivos e rotinas escolares. A mediação das TICs atualiza os cotidianos escolares no que diz respeito à linguagem e à instrumentalização pedagógica e profissional da atualidade. Interações por meios computacionais prolongam o processo ensino-aprendizagem para além dos limites de tempo e de espaço tradicionais inserindo alunos e professores em espaços virtuais de trabalho colaborativo e em comunidades de aprendizagem. No curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo da UNICENTRO as TICs não ficarão restritas a disciplinas de trato direto com elas, mas sim, servirão a propósitos de interdisciplinaridade imprimindo atualização e maior agilidade tanto no trabalho dos docentes do curso quanto na formação de novos pedagogos.

5.8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

C/H:64	Atribuição de nota para o TCC:	(X) Sim ( ) Não
Disciplina: Pesquisa em Educação IV		
Descrição A disciplina seguirá regulamento do Pedagogia da Instituição.		

5.9. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

NATUREZA DO ESTÁGIO:	( ) Supervisão Direta (X) Supervisão Semidireta ( ) Supervisão Indireta	C/H: 400
Atribuição de nota para o estágio (caso este não se inclua no rol de disciplinas da matriz curricular):		(X) Sim ( ) Não
Descrição		

O Estágio Curricular Supervisionado obedecerá ao Regulamento que normatiza os Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da Unicentro, RESOLUÇÃO Nº 055-CEPE/UNICENTRO, DE 28 DE MAIO DE 2008. O estágio é o instrumento que permite ao acadêmico, futuro professor, construir as bases da sua formação profissional devendo possibilitar a articulação entre a teoria, a prática e a pesquisa, bem como estabelecer a relação entre as disciplinas de cada área do conhecimento, numa perspectiva que considere as questões educacionais presentes no contexto escolar do campo.
Observando a especificidade do regime de alternância que orienta a proposta do Curso, as disciplinas de Estágio Supervisionado estão organizadas da seguinte forma:

Estágio Supervisionado em Escolas do Campo I (60h) e Estágio Supervisionado em Escolas do Campo II (60h) serão ministradas no 1° e 2° anos do curso, respectivamente no Temo Universidade e no Tempo Comunidade de cada ano, totalizando 120 horas.

Estágio Supervisionado na Educação Infantil I (70h) e II (70h) serão ministradas no 3º e 4º ano do curso, respectivamente no Tempo Universidade e Tempo Comunidade de cada ano, totalizando 140h.

Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (70h)e II (70h) serão ministradas no 3º e 4º ano do curso, respectivamente no Tempo Universidade e Tempo Comunidade de cada ano, totalizando 140h.

As atividades dos Estágios Supervisionados a serem realizadas nos campos de estágio totalizam 400h, distribuídas respectivamente nos quatro anos do curso.

Operacionalização

Atividades a serem realizadas nos campos de estágio, compreendendo: a) a escola do campo; b) turmas de educação infantil; c) turmas dos anos iniciais do ensino fundamental (crianças e jovens e adultos).
As atividades de Estágio Curricular Supervisionado envolvem o reconhecimento da escola do campo, sua gestão e organização do trabalho pedagógico nos diferentes níveis e modalidades da educação básica.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado envolvem a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (crianças e/ou jovens e adultos).

- Na Educação Infantil, o acadêmico fará o reconhecimento do trabalho docente na instituição escolar em contexto do campo ou nos Centros de Educação Infantil e sua docência;
- Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o acadêmico fará o reconhecimento do trabalho docente na instituição escolar em contexto do campo e sua docência.

Acompanhamento e avaliação
O acompanhamento dos acadêmicos estagiários será feito pelos professores das disciplinas de estágio e a avaliação obedecerá ao disposto no Capítulo XII - Da Avaliação do Estágio - artigos 20 e 21 do Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos da Unicentro, aprovado pela Resolução nº 055-CEPE/UNICENTRO, de 28 de maio de 2008.

Documentação do Estágio Supervisionado

Os documentos necessários para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório são:

a) convênio entre a Universidade e a Entidade Concedente do Estágio;
b) apólice de seguro contra riscos de acidentes pessoais;
c) termo de compromisso entre o aluno e a Entidade Concedente com interveniência da Coordenação do Curso, em conformidade com o convênio firmado;
d) fichas de frequência da observação e regência, assinadas pelo(a) professor(a) regente ou responsável pela instituição;
e) plano de ensino para as regências de aula, com aprovação do Professor(a)/Supervisor(a) de Estágio;
f) fichas de avaliação;
g) relatório final do Estágio contendo descrição e reflexão acerca da experiência em campo.

5.10. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Descrição
O estágio não obrigatório caracteriza-se como espaço de formação complementar e deverá ser realizado em área compatível com as áreas de atuação previstas para o curso. Poderá ser realizado por acadêmicos regularmente matriculados, desde que não cause prejuízo às atividades regulares do curso.

O estágio não obrigatório não substitui o estágio obrigatório.

Operacionalização
Consideram-se atividades próprias de Estágio Supervisionado Não Obrigatório:
a) atividades relacionadas com pesquisa de cunho educativo, etnográfico e de naturezas afins;
b) serviços relacionados à organização e assessoramento pedagógico/institucional para outros cursos de licenciaturas e/ou bacharelado no âmbito da Instituição;
c) planejamento e exercício de atividades relativas ao magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental (crianças e/ou jovens e adultos), em suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
d) elaboração de relatórios, planos, projetos e trabalhos sobre assuntos pedagógicos e de outros temas relacionados à área das humanidades;
e) outras atividades ligadas direta ou indiretamente aos itens mencionados acima, reconhecidamente relacionadas ao trabalho do licenciado em Educação Infantil e/ou anos iniciais do Ensino fundamental ou a difusão do conhecimento pedagógico;
f) estágio em Departamento Pedagógico, auxiliando administrativamente (arquivar, redigir, receber e elaborar correspondências, encaminhar documentos, atender o público, atender telefone, entre outras atividades).

A regulamentação, acompanhamento e orientação do estágio não obrigatório são de

competência e responsabilidade do Departamento Pedagógico.

5.11. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA A GRADUAÇÃO

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - (Res. CNE/CP 1/2004 e Del. CEE/PR 04/2006)
Inicialmente queremos destacar que esse curso se destina justamente aos beneficiários da Reforma Agrária vindos das comunidades quilombolas e do campo. Portanto, a própria natureza do curso, inclui esses sujeitos. Enquanto conteúdos que contemplam questões relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, em consonância a Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004, encontram-se nas seguintes disciplinas: Sociologia da Educação II; Seminário Integrador I, II, III e IV; Literatura Infantil e Didática das Ciências Humanas II.
Educação Ambiental - (Res. CNE/CP 2/2012 e Del. CEE/PR 04/2013)
Conteúdos que abordam questões relacionadas as Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999 em consonância ao Decreto N° 4.281/2002 e a Resolução CNE/CP N° 2/2012, encontram-se nas seguintes disciplinas: Didática das Ciências da Natureza; Didática das Ciências Humanas II; Educação do campo, Cultura Camponesa e Agroecologia
Educação em Direitos Humanos - (Res. CNE/CP 1/2012 e Del. CEE/PR 02/2015)
Conteúdos que abordam questões relacionadas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, encontram-se na disciplina: Didática das Ciências Humanas VI.
Estatuto do Idoso - (Lei Federal 10.741/2003, artigo 22)
Conteúdos que abordam questões relacionadas ao Estatuto do Idoso, conforme a Lei Federal 10.741/2003 no Artigo 22, encontram-se na disciplina: Educação Popular e Movimentos Sociais.
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (cursos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social) - (Of. Circular GAB/SETI 015/2016)
Conteúdos que abordam questões relacionadas ao Estatuto da criança e do adolescente, lei nº8.069**,** de 13 de julho de 1990 e em consonância ao Ofício Circular GAB/SETI 015/2016, encontram-se nas seguintes disciplinas: Construção Social da Infância.
Libras como disciplina (obrigatória para Licenciaturas e Fonoaudiologia / optativa para Bacharelados) - (Dec. 5.626/2005)
Conteúdos que abordam questões relacionadas ao Decreto 5626/05 que Regulamenta a Lei n° 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00, sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, encontra-se na disciplina: Noções de Língua brasileira de Sinais – LIBRAS.

Legislação

BRASIL. **Lei nº 5.540**. Brasília: 1968.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394**. Brasília: 1996.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB no. 1/2002**. Diretrizes operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo;

BRASIL. Parecer CNE/CP no. 1/2002. Diretrizes curriculares nacionais para a formação dos professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

BRASIL. **Parecer CNE/CEB no. 1/2006, sobre dias letivos e aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância**.

BRASIL. **LEI N° 11.645, DE 10 DE Março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. **Decreto 5626/05**. Regulamenta a Lei n° 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00, sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria N. 1.224, de 18 de dezembro de 2013**. Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria N. 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

BRASIL. **Condições de acessibilidade**. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003

BRASIL. **Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010**. Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários: Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação stricto sensu , conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010.

BRASIL. **Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010**. Regime de Trabalho do Corpo Docente Universidades: Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e na Resolução Nº 3/2010. Centros Universitários: Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto na

Resolução N° 1/2010.

BRASIL. **Lei n° 10.861/2004.** Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei N° 10.861/2004.

BRASIL. **Portaria N° 1.132, de 2 de dezembro de 2009**. Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria N° 1.132, de 2 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96**, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

PARANÁ. **Deliberação n.º 04/06,** aprovada em 2 de agosto de 2006 - Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. **Políticas de educação ambiental**, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.

PARANÁ. **Deliberação n.º 04/13**, aprovada em 12 de novembro de 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012

BRASIL. **Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746**, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

PARANÁ. **DELIBERAÇÃO CEE/PR Nº 02/15**, APROVADA EM 13/04/15 - Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

BRASIL. **Lei nº 10.741. de 1 de outubro de 2003**. Dispõem sobre o Estatuto do Idoso. Presidência da República.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente, lei nº8.069,** de 13 de julho de 1990. Presidência da República.

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO

Descrição

Partindo do entendimento que a Universidade tem por missão consolidar processos

integrados entre ensino, pesquisa e extensão e que um dos princípios desse curso é ter a pesquisa como um dos processos centrais, consideramos que a relação do curso com a pesquisa deve se consolidar de várias maneiras.

É partir dessa relação que priorizaremos a construção/produção de conhecimento e não sua mera reprodução. Isso permitirá desenvolver hábitos de investigação sobre o contexto específico escolar, bem como do contexto amplo da educação, resultando com certeza de produção de proposições práticas para o trabalho educativo.

Os processos de investigação serão desencadeados tanto nos encaminhamentos das disciplinas/áreas (coleta de dados, análises e construção de alternativas) como em processos acompanhados de elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso e participação em projetos de pesquisa (iniciação científica), com vistas ao aprofundamento teórico e intervenção crítica no processo educativo.

Além da pesquisa e do ensino, a Universidade deve comprometer-se com a extensão.

A Universidade não pode enclausurar-se, precisa refletir metodicamente sobre a prática educativa, especialmente, as práticas formais de educação, conjuntamente com os sujeitos que a realizam e ao mesmo tempo que explicita elementos dessas práticas que levem à compreensão ampla e profunda das mesmas, também contribua para que os sujeitos que as praticam o façam de forma consciente e crítica. O conhecimento da realidade é condição necessária para a intervenção sobre ela.

Os projetos de extensão podem significar a consolidação dessas questões, ou seja, a relação entre teoria e prática, a possibilidade de conhecer para intervir na realidade e a construção da identidade do pedagogo como cientista da educação e a definição da Pedagogia como uma ciência prática.

Outro aspecto da relação entre a graduação e a extensão é exercitar a aproximação entre a formação inicial e a formação continuada. Nesse sentido a Universidade passa a ser uma prestadora de serviços, junto às secretarias municipais e estaduais, no sentido de propor e realizar um processo de formação continuada que tenha como objetivo uma reflexão profunda e crítica sobre a prática educativa. Para isso, faz-se necessário que a pesquisa esteja a serviço da prática educativa e seus resultados contribuam para a intervenção nessa prática almejando a melhoria da qualidade do ensino, tanto na Universidade como nas escolas de educação básica ou outras instituições que se dediquem ao processo educativo, especialmente, em práticas formais, na perspectiva de garantir a apropriação do conhecimento científico. Nesse sentido percebe-se uma relação importante entre ensino, pesquisa e extensão.

Além de contribuir para aumentar a competência técnica do educador, a relação entre a graduação e extensão, pode ser conduzida também para promover e refletir sobre a competência política do mesmo, ou seja, que o leve a refletir sobre os pressupostos de seu trabalho e sua opção de classe ao realizá-lo. Precisa compreender que não há neutralidade nas opções que fazemos, pois educar é um ato político.

O curso de Pedagogia, bem como outros cursos envolvidos vêm realizando esforços intensos no sentido de garantir a verticalização da formação. Temos assim, em várias áreas, especializações, porém nenhuma, até o momento atende à especificidade da educação do campo. A intenção inicial é, no decorrer do curso, construir e efetivar uma proposta de especialização em educação do campo, que possa ser ofertada gratuitamente aos educandos. Há também discussões no Departamento para a criação de possibilidade de pesquisa em Educação do Campo no Mestrado em Educação que será proposto.

7. INFRAESTRUTURA

7.1. RECURSOS HUMANOS

DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome: Marcos Gehrke

Qualificação profissional e acadêmica: Doutor em Educação

Regime de trabalho do coordenador do curso: Professor Efetivo RT – 40 (TIDE)

Atuação do coordenador do curso: já exerceu função de: Vice-chefe do Departamento de Pedagogia (2015 – 2018); Coordenador do Curso de Pedagogia Indígena (desde 2018); Coordenador institucional do PIBID/Diversidade (2012-2014); Coordenador do Laboratório de Educação do Campo e Indígena (desde 2012); Líder do Grupo de Pesquisa: Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (desde 2013).

Carga horária destinada à coordenação do curso: 10h semanais

QUADRO DE DOCENTES DO CURSO

Nome	Titulação	Área do stricto sensu	Ano de conclusão	Instituição
Adair Angelo Dalarosa	Doutor	Educação	2005	UNICAMP
Ademir Nunes Gonçalves	Doutor	Educação	2010	UFSCAR
Alessandro de	Doutor	Educação	2010	UFPR

Melo				
Aliandra Cristina Mesomo Lira	Doutora	Educação	2009	USP
Ana Aparecida de Oliveira Barby	Doutora	Educação	2013	UFPR
Aurélio Bona Júnior	Doutor	Educação	2013	UNICAMP
Carla Luciane Blum Vestena	Doutora	Educação	2010	UNESP
Clarice Schneider Linhares	Doutora	Educação	2014	UTP
Claudia Cabral Rezende	Doutora	Educação	2006	UNESP
Jamile Santinello	Doutora	Comunicação	2013	UFRJ
Jane Maria de Abreu Drewinski	Doutora	Educação	2009	UFPR
Laurete Maria Ruaro	Doutora	Educação	2013	PUC-PR
Luciane Neuvald	Doutora	Educação	2011	UNESP
Marcos Gehrke	Doutor	Educação	2014	UFPR
Paulo de Nobrega	Doutor	Educação	2006	UFSC
Paulo Guilhermeti	Doutor	Educação	2002	UNIMEP
Rosangela Prado de Abreu Wolf	Doutora	Educação	2016	PUC-PR
Suzete Terezinha Orzechowski	Doutora	Educação	2013	PUC-PR
Adnilson José da Silva	Doutor	Educação	2016	UTP/PR
Christine Vargas de Lima	Doutora	Educação		
Klevi Mary Reali	Mestre	Educação	1995	UNICAMP
Ninon Rose Stremel	Mestre	Educação	1998	UNICAMP
Solange Aparecida de Oliveira Collares	Mestre	Educação	2008	UEPG

Obs.

Conforme Ofício n° 228 – GR/UNICENTRO de 22 de junho de 2016, a universidade compromete-se em prover os recursos humanos necessários para implementar a parceria UNICENTRO/PRONERA-INCRA e a efetivação do curso de Pedagogia: docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo, conforme previsto na matriz curricular, garantindo o cumprimento da carga horária prevista para a integralização do curso.

7.2. RECURSOS FÍSICOS E ESTRUTURAIS

Descrição dos laboratórios de informática e especializados

O Curso de Pedagogia conta com Laboratório de informática do Setor de Letras Humanas e Artes (SEHLA), com cerca de 15 máquinas em funcionamento. Os computadores funcionam com o sistema Linux, além dos Laboratórios específicos do curso, sendo que todos os laboratórios abaixo relacionados contam com estrutura física de uma sala própria contendo computador, mesa, armário, cadeiras e materiais pertinentes a especificidade do Laboratório:

- LEPEHDEC- Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Pedagogia Hospitalar, Domiciliar e Casas de Apoio
- LEE - Laboratório de Educação Especial
- LACET- Laboratório em Comunicação, Educação e Tecnologia
- LAEC – Laboratório de Educação do Campo e Indígena
- LAPE- Laboratório de Psicologia Educacional
- LAPEDIN- Laboratório de Educação Infantil
- ROTAS (Rede de Orientação Transdisciplinar e Ações Sócio-Educativo)

Descrição das salas de atendimento dos professores

O Departamento conta com uma ampla Sala de Professores que conta com cerca de 6 mesas todas dispostas com cadeiras, armários por professor, arquivo, bebedouro, e computador com acesso a internet e impressora. Além destas, os atendimentos dos professores também são realizados em espaços específicos dos laboratórios e salas de grupos de estudos.

Descrição das salas de chefia/coordenação

A sala da Chefia e Vice Chefia é compartilhada, conta com mesa, computador com internet e impressora compartilhada para cada um, dois armários para materiais e mesa de reunião com cadeiras. As extensões não contam com espaço para coordenação do curso.
A sala da coordenação e vice coordenação do curso situa-se nas dependências do Laboratório da Educação do Campo e Indígena, composta de quatro ambientes sendo: uma ante sala, uma biblioteca com acervo específico da área, um almoxarifado e uma sala de reuniões e atendimento ao público. O LAECI é equipado com armários, mesas, cadeiras, computadores, impressora e material de expediente.

Descrição das salas de aula

Salas de aulas dispostas com carteiras e cadeiras para alunos, mesa e cadeira para

professor, quadro negro, data show e projetor integrado, sendo que para as disciplinas com divisão de turmas são disponibilizadas duas salas para a turma.

Descrição da Biblioteca

A Biblioteca do campus Santa Cruz conta com amplo espaço e seu acervo é composto por livros de todas as áreas do conhecimento, com ênfase para os cursos do campus Santa Cruz. Conta com recursos bibliográficos e tecnológicos além de espaço para consultas e estudo. As bibliotecas dos campi avançados contam com menor espaço, porém com os mesmos recursos de acesso, sendo possível emprestar livros de todas as bibliotecas da UNICENTRO.
A biblioteca do LAECI possui acervo específico da área e catalogado, disponível para empréstimo domiciliar com controle interno. O acervo é ainda, composto por produções próprias.

Descrição da Brinquedoteca

Conta com espaço amplo e acervo de brinquedos, livros e materiais pedagógicos.
Esse será o espaço educativo que abrigará as crianças, filhas e filhos dos estudantes que acompanham seus pais no Tempo Universidade (Ciranda Infantil)

Cozinha/ refeitório do Campus Santa Cruz

Espaço equipado com materiais para preparar e servir refeições e lanches ao longo do Tempo Universidade.

7.3. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Recursos Humanos

A Universidade disponibiliza intérpretes de Libras aos alunos que solicitam tal recurso. Além disso, o PIA oferece toda estrutura de aparelhos para impressão e outras necessidades especiais dos estudantes. Nossas salas de aula são acessíveis pela Plataforma de Elevação, localizada no prédio central do campus Santa Cruz.

Infraestrutura

A Universidade conta com rampas de acesso para cadeirantes e pessoas com necessidades especiais, elevadores para acesso aos andares superiores de todos os blocos.

7.4. ATENÇÃO AOS DISCENTES E DOCENTES

Ações de atendimento aos discentes e docentes do curso:

O Departamento de Pedagogia promove reuniões semanais de Departamento para atenção a docentes sendo que nelas possível presença de representação discente. São promovidas ainda reuniões por área e planejamentos anuais, além do NDE.
Para os discentes haverá atendimento durante os Tempos Universidade e Tempos

Comunidade, por meio do acompanhamento dos professores orientadores e coordenação do curso.

8. ANEXOS

- Regulamento do Estágio Supervisionado;
- Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, TCC;
- Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares, AAC;
- Demais normativas específicas para o curso.